



INSTITUTO SUPERIOR DE
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

Transição para a Vida Adulta: O Impacto dos Assistentes Sociais no Desenvolvimento de Autonomia em Jovens com Diversidade Funcional

Discente: Patrícia Alexandra Rodrigues Silva

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social
do Porto para obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. (a) Doutor(a) Cristina Carvalho

Setembro

2025



INSTITUTO SUPERIOR DE
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

Transição para a Vida Adulta: O Impacto das/dos Assistentes Sociais
no Desenvolvimento de Autonomia em Jovens com Diversidade
Funcional

Discente: Patrícia Alexandra Rodrigues Silva- 230124001

Setembro
2025

Resumo

A presente investigação surge da necessidade de reflexão no que toca ao papel desempenhado pelo Serviço Social quanto ao desenvolvimento, e à importância atribuída à autonomia na transição para a vida adulta na diversidade funcional. Pretendeu-se explorar o modo como os profissionais abordam e aprofundam este conceito, bem como averiguar a perspetiva dos jovens sobre o mesmo. A relevância deste tema surge pela escassez de trabalho realizado sobre a temática.

Este trabalho possuiu como principal objetivo analisar o impacto dos/as assistentes sociais na construção da autonomia na transição para a vida adulta em jovens com diversidade funcional. Além disso, pretende qual a perceção dos Assistentes Sociais quanto à autonomia e integração das pessoas com diversidade funcional, bem como analisar as medidas de política social vigentes relativas a essa área. Deste modo, almejamos compreender as práticas e o trabalho desenvolvido nas instituições, nomeadamente nos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI). A metodologia adotada é de carácter qualitativo, visto que foram realizadas entrevistas semiestruturadas com recurso a guião às assistentes sociais da instituição onde a investigação se realizou, de forma a ser possível uma perceção mais aprofundada da importância da autonomia e de que modo é trabalhada.

Do mesmo modo, e continuando na metodologia qualitativa, seleccionamos a abordagem etnográfica com a pesquisa interpretativa e com recurso a notas de campo e análise de documentação da instituição. A etnografia, apesar de não ter sido aplicada de forma convencional, devido ao curto período de investigação, quatro meses, permitiu uma análise mais aprofundada e fidedigna e perspetiva dos utentes quanto ao seu nível de autonomia. Também possibilitou obter a perceção das monitoras e auxiliares, que lidam de forma mais próxima com os utentes.

A análise dos resultados permitiu concluir que o impacto do Serviço Social no desenvolvimento da autonomia em jovens com diversidade funcional é um trabalho indireto, mas com impacto real na vida dos indivíduos.

Palavras-chave: Diversidade Funcional; Autonomia; Práticas Profissionais; Inclusão.

Abstract

This research arises from the need to reflect on the role played by social services in development and the importance attributed to autonomy in the transition to adulthood in functional diversity. The aim was to explore how professionals approach and deepen this concept, as well as to ascertain young people's perspectives on it. The relevance of this topic arises from the scarcity of work done on the subject.

The main objective of this study was to analyze the impact of social workers on building autonomy in the transition to adulthood in young people with functional diversity. In addition, it sought to understand social workers' perceptions of the autonomy and integration of people with functional diversity, as well as to analyze current social policy measures related to this issue. In this way, we aim to understand the practices and work carried out in institutions, namely in the Centers for Activities and Training for Inclusion (CACI). The methodology adopted is qualitative in nature, as semi-structured interviews were conducted using a script with social workers from the institution where the research was carried out, in order to gain a deeper understanding of the importance of autonomy and how it is worked on.

Similarly, and continuing with the qualitative methodology, we selected the ethnographic approach with interpretative research and the use of field notes and analysis of the institution's documentation. Although ethnography was not applied in a conventional manner due to the short research period of four months, it allowed for a more in-depth and reliable analysis and perspective of users regarding their level of autonomy. It also made it possible to obtain the perceptions of the monitors and assistants, who deal more closely with the users.

The analysis of the results led to the conclusion that the impact of Social Services on the development of autonomy in young people with functional diversity is indirect, but has a real impact on the lives of individuals.

Keywords: Functional Diversity; Autonomy; Professional Practices; Inclusion.

Agradecimentos:

É com enorme gratidão que expresso o meu reconhecimento a todas as pessoas e instituições que, de diferentes formas, contribuíram para a concretização desta investigação e me acompanharam nesta etapa tão significativa da minha vida.

Em primeiro lugar, agradeço à instituição que me acolheu de braços abertos e tornou possível a realização deste trabalho. Um agradecimento especial à sua diretora técnica, pela disponibilidade, generosidade e partilha de saberes, bem como a todos os profissionais e utentes que se cruzaram comigo ao longo desta experiência. A cada um, deixo a minha sincera gratidão, não só pelo contributo para o desenvolvimento desta investigação, mas também pelo impacto no meu crescimento pessoal.

Ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto e a todos os docentes do Mestrado em Serviço Social, o meu agradecimento pelo estímulo constante ao meu interesse e paixão pela área. Às minhas colegas de turma, e em especial à Elodie, obrigada pelo apoio, companheirismo e pela partilha desta caminhada.

À minha orientadora, Prof. Dra. Cristina Carvalho, manifesto o meu agradecimento pelo acompanhamento, pela orientação e pela partilha de conhecimentos.

Agradeço, com todo o coração, à minha família. Aos meus pais, Cláudia e João, pelo amor incondicional, pela força e pelo apoio e por me possibilitarem embarcar nesta etapa tão especial da minha formação.

Às minhas amigas (e amigo) de sempre, obrigada por caminharem do meu lado, por me completarem e por crescerem comigo em cada fase da vida.

Por fim, ao Renato, meu companheiro de vida, agradeço a paciência, a dedicação e o apoio incondicional que me acompanharam em cada passo desta jornada. Obrigadinha.

“Movo-me na esperança enquanto luto e,
se luto com esperança, espero”
Paulo Freire

Índice

Introdução	1
Enquadramento teórico.....	3
• Capítulo I- A Diversidade Funcional	3
• Capítulo II- A Autonomia e transição para a vida adulta: Conceito, Dimensões e Relevância na Diversidade Funcional	15
• Capítulo III- A Intervenção do Assistente Social na Promoção da Autonomia de Pessoas com Diversidade Funcional	20
Capítulo Metodológico.....	27
Objetivos	28
Participantes	29
Considerações éticas	31
Métodos de recolha de dados	33
Métodos de análise de dados.....	35
Análise de dados e discussão dos resultados	36
• Resultados obtidos através das entrevistas	36
• Resultados obtidos através do estudo etnográfico.....	43
• Relação entre o resultado das entrevistas e da investigação etnográfica	53
Considerações finais.....	57
Bibliografia	61
Anexos	66

Índice de tabelas:

- Tabela 1- Dados Sociodemográficos da Diretora Técnica e Assistente Social
- Tabela 2- Fases do processo de análise temática de Braun e Clarke (2006).

Índice de imagens:

- Figura 1: Evolução da capacidade, número de utentes e utentes comparticipados na resposta social CACI no Continente no período de 2000-2022.

Índice de Siglas:

- AAIDD – Associação Americana sobre Deficiência Intelectual e de Desenvolvimento
- CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
- CDPD – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- CIDID – Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens
- CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
- DMS-V – Manual de Diagnóstico e Estatística de Perturbações Mentais
- IFSW – International Federation of Social Workers
- INR – Instituto Nacional para a Reabilitação
- MAVI – Modelo de Apoio à Vida Independente
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- ONU – Organização das Nações Unidas
- UNCRPD – United Nations Convention on the Rights of Persons with Disabilities
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Introdução

O presente estudo emerge da vontade, e da necessidade, de se refletir de forma crítica sobre as práticas profissionais desenvolvidas em instituições de apoio a pessoas com diversidade funcional, com o intuito de compreender de que forma estas estruturas promovem, ou inibem, o exercício da autonomia e o usufruto pleno dos direitos dos utentes.

A autonomia é o direito fundamental que garante a cada indivíduo a liberdade de tomada de decisões sobre aspetos da sua vida e do seu quotidiano. Este conceito torna-se mais relevante quando adaptado a jovens que enfrentam barreiras acrescidas na construção da sua identidade e independência.

Essas barreiras, não são inerentes ao indivíduo, são barreiras históricas normalizadas e enraizadas na sociedade, uma vez que esta fomenta estigmas que afetam as pessoas com diversidade funcional na capacidade de decisão, assumir responsabilidades e viver de modo pleno todas as dimensões das suas vidas. Esta visão reducionista e capacitista, invisibiliza os desejos e necessidades dos indivíduos. Deste modo, questionar estas representações e questionar o papel dos assistentes sociais é fundamental para a promoção e desenvolvimento de ambientes mais inclusivos, participativos e emancipatórios.

Nesta senda, centramos a presente investigação em jovens adultos com diversidade funcional integrados num Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), onde procuramos analisar as estratégias e metodologias utilizadas pela equipa técnica, com especial foco nas profissionais de Serviço Social, no apoio e desenvolvimento da autonomia. Ao longo do período de investigação percebemos a relevância de pequenas ações e decisões quotidianas, como a participação nas atividades, gestão do espaço pessoal, iniciativa para realizar as tarefas e organização do tempo livre, pois abordamos a autonomia como um conceito cíclico, micro e com necessidade de estímulo. Estas ações constituem momentos significativos de aprendizagem, através dos quais os jovens desenvolvem competências como a responsabilidade, autoestima e confiança, elementos essenciais para o seu crescimento enquanto cidadãos ativos.

Partindo da premissa de que o desenvolvimento da autonomia exige o reconhecimento e respeito pela individualidade de cada utente e a criação de ambientes propícios para a sua participação efetiva, procuramos identificar práticas que contribuam para a capacitação, não obstante dos desafios enfrentados pelos profissionais da área. Desse modo, optamos pela metodologia qualitativa com a investigação etnográfica, que agregou observação participante, durante um período de quatro meses, e a realização de entrevistas semiestruturadas às

profissionais de Serviço Social. Esta metodologia foi escolhida por permitir captar tanto práticas concretas como os significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações, oferecendo uma perspectiva mais próxima da realidade vivida. A investigação etnográfica foi também selecionada, pois acreditamos que é impossível conhecer o verdadeiro impacto do trabalho dos assistentes sociais, sem ser possível captar a perspectiva de quem usufrui das medidas implementadas. Visto que se trata de um público vulnerável, por vezes sem a possibilidade de se expressar por meio de uma entrevista, concluímos que a observação era o método mais fidedigno, e mais respeitador, de obter a visão dos jovens quanto ao desenvolvimento da sua autonomia.

Neste sentido, a figura do assistente social surge como um elemento-chave na promoção da autonomia, através de uma intervenção focada em princípios éticos, nos direitos humanos e na justiça social, sendo imprescindível analisar o seu contributo, e dos restantes profissionais da equipa técnica, na criação de respostas capazes de fomentar as capacidades e potencialidades dos jovens, colocando-os como protagonistas do seu próprio percurso de vida. Este trabalho pretende, então, contribuir para a compreensão das práticas existentes, identificando tanto os avanços como os bloqueios que ainda subsistem no seio das Instituições.

A presente investigação está estruturada em três partes. Na primeira, abordamos a evolução conceptual da deficiência, ou seja, como esta tem sido construída ao longo do tempo, até à atual conceção de diversidade funcional. São também abordados os conceitos de autonomia e de transição para a vida adulta, essenciais para a compreensão plena do presente estudo. Por último, na parte inicial, analisamos qual o papel do Serviço Social neste contexto, bem como os desafios encontrados na sua prática.

Na segunda parte, apresentamos o estudo empírico desenvolvido através de entrevistas semiestruturadas com as Assistentes Sociais e do trabalho de observação do estudo etnográfico, realizado ao longo de quatro meses em contexto institucional. Por fim, no terceiro capítulo, analisamos os resultados obtidos, refletindo sobre os desafios, práticas e potencial transformador da intervenção profissional no contexto abordado.

Este estudo pretende reforçar a importância de um olhar crítico e ético sobre as práticas institucionais e contribuir para o desenvolvimento de respostas mais adequadas às reais necessidades dos jovens. Ao centrar-se na promoção e desenvolvimento da autonomia pretende, de igual forma, sublinhar o papel central dos pequenos momentos do quotidiano como veículos de transformação e crescimento pessoal, que permitem aos jovens a prática plena da sua cidadania.

Enquadramento teórico:

CAPÍTULO I

A Diversidade Funcional

“A diversidade funcional sempre foi percebida, compreendida e tratada a partir de um conjunto de representações próprio da cultura ou da sociedade em que está inserida”

Pereira, 2009

A percepção que a sociedade possui das pessoas com diversidade funcional varia de acordo com as concepções sociais, religiosas, médicas e económicas vigentes nas diferentes épocas (Pereira, 2009, p. 717).

Deste modo, neste capítulo, objetivou-se explorar a percepção da diversidade funcional desde a Idade Média até à atualidade.

Durante a Idade Média, devido à forte influência da Igreja na sociedade europeia, a diversidade funcional era vista sobretudo numa ótica espiritual ou metafísica. As diferenças comportamentais e físicas características da diversidade funcional eram compreendidas como dádivas divinas ou como sinais de possessão demoníaca, o que resultava em práticas extremas que iam desde a exclusão e tortura até à caridade ambivalente. Com o surgimento da Inquisição no século XIII, o tratamento dado a este público específico era sobretudo a fogueira, sob acusações de ligação com o demónio (Bianchetti, 1998). Com o regresso dos mutilados das Cruzadas, a Igreja viu-se obrigada a reconsiderar parte das suas concepções, vendo-se a diversidade funcional como provocada por causas físicas evidentes e não apenas por razões sobrenaturais (Telford e Sawrey, 1977).

Mais tarde, no Renascimento, com o aparecimento do humanismo e o desenvolvimento da medicina, surgiram interpretações objetivas da diversidade funcional. Assistiu-se à rejeição da teoria mística, contraposta pela abordagem médica por pensadores como Cardano e Paracelso (Bianchetti, 1998). Esta mudança adquiriu força com os avanços científicos dos séculos XVII e XVIII, com a visão mecanicista do corpo humano de Newton. O corpo era, deste modo, visto como uma máquina e as diferenças funcionais compreendidas como falhas ou disfunção de algum dos seus componentes (Conguilhem, 1978). A medicina substituiu assim a Igreja, tornando-se o órgão dominante na definição do que é ou não normal, surgindo uma visão

técnica e normativa da diversidade funcional, que, em conjunto com as instituições de caridade (criadas com o objetivo de apoiar e amparar) reforçaram, ainda mais, o estigma da incapacidade e inferioridade da pessoa com diversidade funcional (Giddens 2002; Silva 2003).

O estigma agravou-se com a entrada na Revolução Industrial, em que o valor do indivíduo passava a ser medido com base na sua capacidade produtiva, excluindo de forma automática quem não correspondia a esse ideal. (Clapton & Fitzgerald, 2002).

No século XX, verificou-se uma evolução na terminologia. Entre as décadas de 1950 a 1970, o termo predominante era “pessoa deficiente”, o que reforçava uma perspectiva deficitária e essencialista (Diniz, 2007). A partir da década de 80, e após a publicação da Classificação Internacional de Deficiências pela Organização Mundial de Saúde, foi difundido o termo “pessoa com deficiência”, considerada mais respeitosa que a anterior por enfatizar a pessoa em primeiro lugar, sendo que este continua o termo predominante na atualidade (Fontes, 2016). Na década de 1990, ganhou força a formulação legal e institucional “pessoa portadora de deficiência”, que apesar de ainda em uso, é criticada por sugerir que a deficiência é algo temporariamente “portado” pela pessoa (Diniz, Barbosa & Santos, 2009; Multirio, 2020).

Nesta linha de análise, foi apenas no século XXI que surgiu o conceito de “diversidade funcional”, proposto no Fórum da Vida Independente, em janeiro de 2005, em Espanha. O Fórum contou com a participação de organizações de pessoas com diversidade funcional, sendo proposto por Agustina Palacios, jurista e investigadora na área dos direitos humanos e da diversidade funcional, e Javier Romanach, humanista, ativista social no âmbito dos direitos das pessoas com diversidade funcional e inventor, esta nova terminologia “diversidade funcional” que visava combater o estigma associado à linguagem e reformular a forma como se pensa socialmente sobre as limitações funcionais, enfatizando a diferença funcional em vez da limitação (Palacios & Romanach, 2006). Segundo eles, o termo surgiu com o objetivo de tornar visível que todos os seres humanos possuem diferentes modos de funcionamento, e que essas diferenças não implicam inferioridade.

Em maio de 2005, Javier Romanach e Manuel Lobato, psicólogo, ativista e teórico e um dos fundadores do *Foro de Vida Independiente y Diversidad*, apresentaram o texto “Diversidad funcional, nuevo término para la lucha por la dignidad en la diversidad del ser humano”, no qual argumentam que a mudança terminológica é necessária para combater estigmas, promover dignidade e adotar uma perspectiva centrada nos direitos humanos.

Esta proposta encontra fundamentação teórica no livro *El Modelo de la Diversidad* (2006), que articula a bioética, a crítica ao modelo médico da deficiência e os princípios do movimento de Vida Independente como base para uma visão de diversidade funcional.

Este termo possui como objetivo substituir as expressões como pessoa deficiente/ com deficiência/ com incapacidade ou portadora de deficiência, por carregarem uma conotação negativa, pejorativa e que exclui (Romañach & Lobato, 2005; Pereira, 2009). Procura-se caracterizar a pessoa não pelo que falta ou pelo que é visto como errado, mas reconhecendo a sua diferença. Focando-se, assim, na diversidade de formas de funcionar, agir e interagir com o mundo, pois, tal como menciona Pereira (2009):

“a linguagem produz, modifica e orienta o pensamento”

Assume-se, então, que todos os seres humanos são diferentes nas suas características e necessidades. Neste sentido, e como mencionado anteriormente, possuir ou adquirir uma limitação funcional não é, por si só, sinónimo de incapacidade. As pessoas com diversidade funcional não possuem nenhuma incapacidade nata que não os permita estar inseridos na sociedade. A sociedade é que possui barreiras incapacitantes, não permitindo, ou limitando, a entrada de quem não corresponde ao que foi classificado como norma. Mais do que uma simples mudança de linguagem, o conceito representa uma mudança de paradigma que visa valorizar a equidade e o respeito pela dignidade humana.

Todavia, e como observa Pereira (2009):

“Em todos os segmentos sociais, por onde deveriam transitar livremente pessoas com diferença funcional, ainda persistem barreiras visíveis e preconceito, no mínimo, velado. Isso inclui os campos da saúde, educação, mercado de trabalho, turismo e lazer, transporte e equipamentos públicos.”

Nesta senda, assistimos, atualmente, e apesar de todas as mudanças positivas que ocorreram, a uma resistência cultural e institucional na evolução dos conceitos utilizados para caracterizar a mesma. Vinte anos depois do surgimento do termo “diversidade funcional”, este ainda não se consolidou de forma efetiva na sociedade, mantendo-se, na maioria dos casos, o uso do termo “pessoa com deficiência”.

Esta resistência pode ser atribuída a inúmeros fatores, incluindo a prevalência do modelo médico tradicional, que encara a deficiência como uma limitação individual, e a falta de sensibilização nas instituições para adotar uma terminologia mais inclusiva (Silva, 2003; Rodrigues & Nogueira, 2019). A mudança de terminologia envolve uma transformação cultural que requer tempo e esforço contínuo. A resistência à adoção do termo "diversidade funcional"

reflete a necessidade de um trabalho contínuo de sensibilização e educação para superar barreiras culturais e institucionais (UNESCO, 2015).

A consolidação da diversidade funcional como conceito social e político exige uma transformação no pensamento social e político e nas práticas sociais, de forma a difundir-se não somente como uma mudança de vocabulário, como uma forma de alcançar a inclusão efetiva (Pereira, 2009).

A utilização e reprodução do termo “diversidade funcional” na esfera profissional, pública e política representa uma mudança de paradigma na sociedade. O termo em detrimento de termos como “pessoa com deficiência”, “pessoa deficiente” ou “pessoa portadora de deficiência”, simboliza um alívio na opressão social vivida pelas pessoas com diversidade funcional (Pereira, 2009).

A mudança de terminologia apresenta benefícios como:

- Redução do estigma: o novo termo evita associações negativas, ofensivas e pejorativas ligadas à deficiência, promovendo uma visão mais positiva e inclusiva das pessoas;
- Influência na consciência social: a linguagem molda o pensamento e estimula uma mudança na forma de tratamento e visão, deslocando o foco da limitação individual para as barreiras sociais;
- Influência no autoconceito, ou seja, na forma como a pessoa se vê, sente e naquilo que acredita ser;
- Autoestima e empoderamento, estimulando a confiança no dia a dia e mais vontade de sair da zona de conforto (Romanach & Lobato, 2005; Pereira, 2009).

Esta mudança não é meramente estética, trata-se de uma transformação conceptual que reflete também uma evolução no modo como a sociedade compreende a deficiência. Esta alteração acompanha a evolução dos modelos explicativos da deficiência, deslocando o foco do corpo individual para o contexto social.

“It is not individual limitations, of whatever kind, which are the cause of the problem but society’s failure to provide appropriate services and adequately ensure the needs of disabled people are fully taken into account in its social organisation.”

Oliver, 1990, p. 11

Neste estudo, abordamos a perspectiva proposta por Michael Oliver (1990), conhecida como modelo social da deficiência, segundo a qual a diversidade funcional não é vista como um

problema individual, mas como uma construção social resultante de barreiras ambientais, culturais e atitudinais. Oliver diz-nos que as limitações individuais não são a causa do problema, mas sim a sociedade que não consegue assegurar as necessidades das pessoas com diversidade funcional.

Carmo (2011) divide em três os problemas sociais:

- “Problemas de desorganização social são os que resultam de deficiência de um dado sistema”;
- “Problemas de anomia são os que resultam da ausência ou da desadequação de normas sociais face a situações novas e inesperadas;”
- “Problemas de comportamento desviado são os que resultam de comportamentos que violam as expectativas institucionalizadas” (Carmo, 2011 p:101).

Deste modo, podemos considerar a diversidade funcional um problema de organização social, visto que o sistema de proteção social apresenta uma lacuna que impede os indivíduos de exercerem a sua cidadania e inclusão na sociedade de forma clara.

O modelo social da deficiência foi desenvolvido por pessoas com diversidade funcional e por diversos estudiosos da área, tendo sido nomeado em 1990 por Michael Oliver, como oposição ao modelo médico (Pinto, 2012). O presente modelo defende que a sociologia médica não apresenta distinção entre a doença e a deficiência. No modelo médico, a diversidade funcional era entendida numa perspetiva individual, associada a uma tragédia pessoal. Deste modo, os indivíduos eram vistos como vítimas da sua condição, o que consequentemente originava políticas sociais centradas na compensação da sua limitação. Porém, quando esta realidade é vista como uma forma de opressão social, as pessoas deixam de ser encaradas como vítimas individuais de uma circunstância, passando a ser vistas como vítimas coletivas de uma sociedade indiferente. Esta mudança de caracterização contribui para aliviar a opressão vivida por este grupo (Oliver, 1990).

A “medicalização” da deficiência torna-se um problema, na medida em que se engendra uma solução apenas com base na prescrição de um tratamento para o paciente, excluindo a importância da melhoria da sua qualidade de vida. Esta perspetiva foca-se maioritariamente no “corpo” do indivíduo, desligando-se da questão da opressão social adjacente (Oliver, 1990).

Por outro lado, o modelo social da deficiência diz-nos que não é a deficiência que impede as pessoas de se integrarem na sociedade, mas sim a forma como estas são vistas e as barreiras construídas na sociedade que são normalizadas e que excluem as pessoas com

diversidade funcional. A diversidade funcional é vista como uma forma de opressão social, uma vez que essas barreiras criadas pela sociedade são promotoras de exclusão social (Fontes, 2016).

Este modelo responsabiliza a sociedade pelo seu papel na “produção social da deficiência” (Pinto, 2012) e pela existência de barreiras na mesma. Estas barreiras estão presentes, por exemplo, na inexistência de passeios adequados para pessoas com mobilidade reduzida e a falta de rampas adequadas em locais públicos. Estas barreiras não permitem às pessoas o exercício da sua liberdade, e diminuem também a sua autonomia, sendo a pessoa com diversidade funcional obrigada a andar acompanhada ou a pedir auxílio para entrar nos espaços.

Como mencionado por Estarreja (2018):

“O impacto que as barreiras arquitetónicas causam no dia-a-dia de milhares de pessoas em todo o mundo é prejudicial em todos os aspetos da vida social dos indivíduos, pois estas barreiras constituem um obstáculo ao pleno exercício de cidadania do Homem, na medida em que impedem ou limitam as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, temporária ou permanente, de usufruir de todos os seus direitos”

Esta situação gera um aumento na segregação social das pessoas com diversidade funcional, dificultando a sua inclusão plena na sociedade (Estarreja, 2018).

Atualmente, o conceito de deficiência continua em permanente construção. Apesar dos progressos registados nas últimas décadas, ainda não está plenamente garantido às pessoas com diversidade funcional o acesso efetivo aos seus direitos fundamentais, incluindo a participação social, política e cívica. Persistem barreiras estruturais que resultam de processos históricos profundamente enraizados e que se manifestam, nos dias de hoje, nas leis, nos comportamentos e nas dinâmicas sociais (Forhman & Barreto, 2016).

No que concerne aos serviços e sistemas de apoio a adultos com diversidade funcional, deparamo-nos, em Portugal, e de acordo com a Carta Social (2021) com oito respostas de apoio social com a finalidade de promover a autonomia, participação e inclusão social, sendo estas:

- Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) destina-se a pessoas com diversidade funcional, com idade igual ou superior a 18 anos, que não possam, de forma temporária ou definitiva, dar continuidade ao seu percurso formativo ou exercer uma atividade profissional, ou, também, que se encontrem em processo de inclusão

socioprofissional, nomeadamente entre experiências laborais (Portaria nº70/2021, 2021);

- Lar Residencial é um estabelecimento para alojamento coletivo, de carácter temporário ou permanente, para pessoas com diversidade funcional que se encontrem impedidas de residir no seu meio familiar (Portaria nº59/2015, de 2 de março de 2015);
- Residência de Autonomização e Inclusão (RAI) é uma resposta de alojamento residencial de carácter temporário ou permanente, desenvolvida em apartamentos, moradias ou outra tipologia de habitação similar, inseridas em áreas residenciais na comunidade. Possui como objetivo, por meio do apoio individualizado, proporcionar condições favoráveis à concretização de um projeto de vida autónomo e inclusivo (Portaria nº77/2022 de 3 de fevereiro, 2022);
- Serviço de apoio ao domicílio, consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados ao domicílio, que por motivo de doença, incapacidade ou outro impedimento, a pessoa não possa assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou a realização das atividades instrumentais do seu dia a dia. Tem como objetivo promover a autonomia, prevenir a institucionalização e apoiar as famílias (Portaria n.º 38/2013, de 30 de janeiro);
- Apoio em Regime Ambulatório, pretende assegurar o acompanhamento, orientação e desenvolvimento de programas de intervenção dirigidos a pessoas com diversidade funcional, de forma regular, mas não residencial. Pretende a promoção da inclusão social, a participação na comunidade e o reforço de competências pessoais e sociais, garantindo também apoio às famílias (Portaria n.º 60/2015, de 2 de março);
- Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI) dizem respeito à disponibilização de um serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com diversidade funcional, que, devido às limitações decorrentes da sua interação com o meio, não as possa realizar por si própria. Os destinatários desta resposta são todas as pessoas com diversidade funcional que necessitem de apoio para prosseguir a sua vida de forma independente (Decreto-Lei nº 129/2017 de 9 de outubro, 2017);
- Intervenção Precoce diz respeito a um conjunto de medidas de apoio integrado, focadas nas crianças com idade entre os 0 e os 6 anos de idade. Esta resposta procura garantir condições que favoreçam o desenvolvimento global da criança, a sua inclusão educativa e social, bem como a capacitação parental e familiar (Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro);

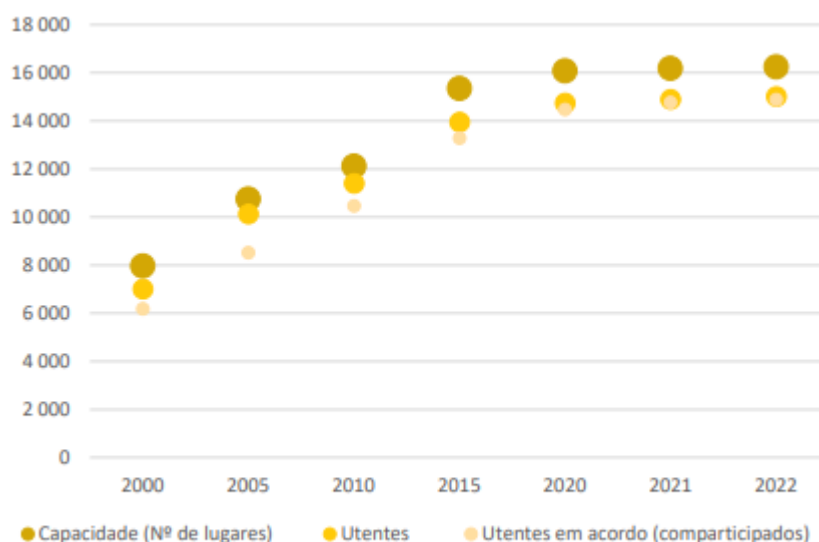
- Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação para Pessoas com Deficiência e Incapacidade trata-se de um serviço especializado com o objetivo de assegurar o atendimento, acompanhamento e o processo de reabilitação social a pessoas com diversidade funcional e disponibiliza serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou aos seus cuidadores informais. (Portaria nº 60/2015 de 2 de março, 2015).

Dado que este estudo é direcionado para o desenvolvimento e incentivo da autonomia na diversidade funcional, a resposta seleccionada foi o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI).

O CACI, juntamente com o Lar Residencial, representa a principal resposta social, representando 70% do total de respostas direccionadas a pessoas com diversidade funcional, representando 56,4% do apoio prestado a este grupo-alvo (GERMTSS, 2021).

Entre 2000 e 2022, registou-se um crescimento de 91% no número de pessoas a frequentar os CACI, como retratado na seguinte imagem:

Figura 1: Evolução da capacidade, número de utentes e utentes participados na resposta social CACI no Continente no período de 2000-2022



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

O grupo etário mais representativo neste universo correspondeu ao grupo dos 35 aos 49 anos. No que concerne ao tempo de permanência nestas respostas, cerca de metade dos utentes encontrava-se integrado há menos de 10 anos (50,9% no caso dos CACI). Ainda assim, destaca-se uma percentagem expressiva de pessoas que permaneciam nestas respostas há mais de 15 anos, nomeadamente 34,5% nos CACI.

O CACI emerge, em substituição do CAO (Centro de Atividades Ocupacionais), com um novo quadro normativo (Portaria 70/2021, 2021) que encara a ocupação das pessoas com diversidade funcional como um instrumento no seu empoderamento e capacitação, formação e desenvolvimento de competências, com o intuito de formar a capacidade de autonomia nos indivíduos. Os princípios norteadores do CACI remetem para a manutenção da autodeterminação e autonomia do público-alvo em questão (Portaria 70/2021, 2021).

Quanto aos primeiros conceitos e terminologias associados à diversidade funcional, surgem, em 1976, com o modelo biopsicossocial e a mudança da Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID) para a CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde) com o objetivo de se incluir na classificação da deficiência intelectual, não apenas as funções e estruturas do corpo (como funções fisiológicas, partes estruturais e anatômicas, órgãos e membros), mas também as atividades e participação, como fatores ambientais e pessoais, evoluindo a classificação para algo mais abrangente que não se baseie somente na doença. (OMS, 2003)

A partir desta definição, surgiram outras definições e categorias associadas ao que designamos hoje por deficiência intelectual. A Associação Americana de Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento (AAIDD), em 2011, tornou-se pioneira na área: clínica e educativa quando caracterizou a deficiência intelectual como a existência de limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo dos indivíduos, antes de atingir a maioridade.

Na quinta e última edição do Manual de Diagnóstico e Estatística de Perturbações Mentais (DMS-V), que possuiu um papel crucial junto dos profissionais com a definição e diagnóstico de transtornos do neuro desenvolvimento, definiu-se a deficiência intelectual, ou também designado por transtorno do desenvolvimento intelectual, como sendo um transtorno que:

“Inclui défices funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativos, nos domínios conceptual,
social e prático”

Estes défices são observados quando em comparação com sujeitos da mesma idade, género e aspetos socioculturais. O seu diagnóstico dá-se no período de desenvolvimento, com base numa avaliação clínica e em testes padronizados das funções adaptativa e intelectual (DMS-V, 2013). Neste contexto, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) assume um papel central como instrumento de diagnóstico e análise. De acordo com este enquadramento (CIF, 2003), a deficiência é entendida, numa perspetiva médica, como:

“um problema nas funções ou nas estruturas do corpo, tais como um desvio importante ou uma perda, (...) as limitações de atividade são dificuldades que um indivíduo pode ter na execução de atividades assim como restrições de participação, são problemas que um indivíduo pode enfrentar quando está envolvido em situações de vida real”

CIF, 2003, p. 11

A CIF introduz ainda uma distinção fundamental entre deficiência e incapacidade: a primeira referindo-se a alterações no corpo, enquanto a segunda constitui um conceito mais abrangente, que engloba as limitações de atividade e a restrição na participação social. Assim, uma pessoa pode apresentar uma deficiência sem que esta determine, obrigatoriamente, uma incapacidade. A deficiência é uma realidade complexa, dinâmica e multidimensional. Esta complexidade tem levado diferentes organismos internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), a procurarem clarificar e sistematizar o conceito, de modo que seja possível a criação de respostas sociais ajustadas às necessidades das pessoas com diversidade funcional.

De acordo com a CDPD (2006), consideram-se pessoas com deficiência aquelas que apresentam incapacidades prolongadas, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e que, em interação com diferentes barreiras físicas, sociais, comunicacionais e atitudinais, têm a sua participação plena e efetiva na sociedade comprometida, no que toca à igualdade com os outros cidadãos. Esta definição reforça a ideia de que a deficiência não se assume apenas na condição individual, mas resulta da relação constante entre características pessoais e barreiras contextuais.

Além disso, o Relatório Mundial sobre a Deficiência, publicado pela OMS (2011), reconhece que o conceito de deficiência está em permanente evolução, tratando-se de uma experiência que resulta da interação entre limitações corporais (impairments) e barreiras sociais e ambientais. O relatório defende ainda que a deficiência deve ser entendida como parte integrante da condição humana, visto que, em algum momento da vida, todos os indivíduos já tiveram ou terão uma deficiência, seja ela temporária ou permanente. Esta visão coloca a deficiência não como uma exceção, mas como uma realidade partilhada pela humanidade, reforçando a necessidade de respostas inclusivas e de políticas universais de acessibilidade.

Em Portugal, o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) apresenta também uma definição que vai nesta linha, ao afirmar que a deficiência resulta de situações de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, que geram dificuldades ao nível das funções ou estruturas

do corpo, incluindo as funções psicológicas. O INR acrescenta que essas limitações, aliadas com os fatores do meio, condicionam a participação social das pessoas com diversidade funcional em igualdade com as demais.

Com base nestas perspectivas, torna-se evidente a mudança de paradigma associada ao modelo social da deficiência, que, tal como mencionado anteriormente, afasta o foco exclusivo da pessoa e da sua limitação para a forma como a sociedade está organizada. Neste enquadramento, a pessoa é vista como um cidadão de pleno direito, cabendo à sociedade a eliminação de barreiras e adaptar-se de forma a garantir a sua plena participação. Este modelo identifica três grandes categorias de obstáculos: barreiras de acessibilidade (físicas e tecnológicas), barreiras institucionais (decorrentes de normas, políticas e práticas excludentes) e barreiras atitudinais (estereótipos, preconceitos e discriminação). É, por isso, fundamental que todos os atores sociais atuem na eliminação dessas barreiras, de modo a assegurar a integração social efetiva das pessoas com diversidade funcional (CDPD, 2006; OMS, 2011; INR, 2019).

Neste debate, surge o modelo biopsicossocial, que procura articular os aspetos biológicos, psicológicos e sociais da deficiência. Para Augustin (2012), este modelo surge como resposta à necessidade de compreender a complexidade do fenómeno, integrando dimensões pessoais e contextuais. Assim, a deficiência não pode ser reduzida apenas a uma condição médica, mas deve ser entendida no cruzamento de múltiplos fatores que moldam a experiência de cada pessoa.

Tanto a CDPD como a OMS adotam uma perspectiva próxima do modelo social, que tem vindo a ganhar força a nível internacional. A deficiência, neste sentido, não resulta apenas de uma particularidade individual, mas sobretudo das barreiras sociais, físicas, comunicacionais e atitudinais que continuam a limitar o exercício pleno da cidadania.

Para terminar e como conclusão, a evolução da perceção da diversidade funcional relata uma trajetória marcada por exclusão, estigma e medicalização, mas também por esforços de valorização da diferença e dos direitos das pessoas com diversidade funcional e uma vontade de promoção da inclusão. A adoção do paradigma da diversidade funcional, aliado a novas respostas sociais, constituem pilares importantes na construção de uma sociedade mais equitativa e justa. Importa destacar o papel fulcral das políticas nacionais e europeias na concretização dos direitos das pessoas com diversidade funcional.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada por Portugal, estabelece como direitos fundamentais:

- o direito à autonomia individual, incluindo a liberdade de fazer escolhas e a independência das pessoas (Art. 3.º);
- o direito à igualdade e não discriminação (Art. 5.º);
- o direito à acessibilidade física, comunicacional e digital (Art. 9.º);
- o direito a viver de forma independente e a ser incluído na comunidade (Art. 19.º);
- o direito à educação inclusiva (Art. 24.º);
- o direito ao trabalho e ao emprego (Art. 27.º);
- o direito à proteção social e a um padrão de vida adequado (Art. 28.º);
- o direito à participação na vida política e pública (Art. 29.º).

A Estratégia Nacional para a inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (INR, 2021), retrata estes direitos na forma de medidas concretas que procuram assegurar a inclusão através de eixos como o acesso à educação, ao emprego, à cultura e à vida independente.

No quadro europeu, a Estratégia da União Europeia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030 (Comissão Europeia, 2021) acompanha esta abordagem, com a criação de iniciativas como o Cartão Europeu da Deficiência, o reforço da acessibilidade em todos os Estados-Membros e o envolvimento ativo das próprias pessoas com deficiência na definição das políticas que lhes dizem respeito.

Todavia, assistimos a uma persistência das barreiras culturais, institucionais e físicas que demonstra que a autonomia e liberdade das pessoas com diversidade funcional continua a estar condicionada. Em Portugal, dados do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos revelam que, sem os apoios sociais, mais de 60 % das pessoas com diversidade funcional estariam em risco de pobreza (ODDH, 2023).

A promoção e desenvolvimento da autonomia, entendida como a capacidade de decisão, de escolha e de controlo sobre a própria vida, presente nos Artigos 3.º e 19.º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) é um dos pilares para a inclusão efetiva. O Serviço Social é um ator principal neste âmbito, tanto na intervenção direta como na advocacia por políticas públicas mais inclusivas e participativas (Teixeira, 2019).

É a partir deste enquadramento histórico, conceptual e político que analisaremos, nos capítulos seguintes, as práticas institucionais concretas e o papel do Serviço Social na promoção da autonomia.

CAPÍTULO II

A Autonomia e transição para a vida adulta: Conceito, Dimensões e Relevância na Diversidade Funcional

De forma a possibilitar a análise da intervenção do Assistente Social na promoção da autonomia em pessoas com diversidade funcional, torna-se pertinente aprofundar o próprio conceito de autonomia, bem como compreender as suas dimensões e a sua relevância, especialmente no processo de transição para a vida adulta, permitindo enquadrar de forma mais clara o alcance e os desafios da intervenção profissional.

Deste modo, este capítulo dedica-se à exploração do conceito de autonomia, refletindo sobre a sua complexidade, a multiplicidade de fatores que o influenciam e o papel que assume na vida das pessoas com diversidade funcional.

A idade adulta emergente, como teorizada por Arnett em 2000, compreende o período entre os 18 e os 25 anos. Esta idade emergente é caracterizada não apenas pelo crescimento do indivíduo, mas pela exploração da sua identidade antes de necessitar de assumir compromissos adultos a longo prazo. (Arnett, 2010).

Deparamo-nos com uma fase de experimentação, instabilidade e de procura de referências. Esta fase de desenvolvimento dos seres humanos é pautada pela instabilidade e inúmeras mudanças pessoais. É característico deste período em específico a existência de desafios ligados à consciência, responsabilidade e preparação para a vida adulta. Porém, é também um período rico em possibilidades, marcado pela construção de objetivos pessoais.

No entanto, e segundo Boschetto (2019), esta é também uma fase libertadora, especialmente se os jovens detiverem competências, conhecimentos, apoio e orientação que lhes permita o seu desenvolvimento pessoal. Uma dessas competências é a competência da autonomia, que auxilia na transição da vida adulta emergente, para a vida adulta. Silva (2022), citando Andrade (2010), conclui que:

“A vivência da adultez emergente culmina na aquisição do estatuto social de adulto, implicando a resolução de diversas tarefas desenvolvimentais que permitem ao jovem alcançar a autonomia.”

É importante salientar que a transição para a vida adulta não se resume somente à aquisição de independência, seja esta econômica ou residencial, envolvendo de igual modo dimensões como a construção de relações afetivas e sociais estáveis, inserção no mercado de trabalho e a participação social.

No entanto, e tratando-se, segundo Arnett (2014) do período histórico em que o caminho para a independência é mais longo e complicado, e sendo o público-alvo do estudo pessoas com diversidade funcional, condicionadas pela sociedade a barreiras que outros jovens não são submetidos, decidimos alargar a faixa etária da transição para a vida adulta dos 18 aos 25 para o intervalo entre os 18 e os 35 anos. Desta forma, é possível captar de forma mais realista a complexidade do processo de transição para a vida adulta, marcada por ritmos individuais e por condicionantes externas.

As competências de autonomia mencionadas anteriormente estão inseridas nas competências de vida, sendo estas caracterizadas como sendo um conjunto de recursos pessoais que os jovens vão aperfeiçoando e, posteriormente, utilizam noutros domínios da vida (Gould e Carson, 2008). Dentro destes recursos, e de acordo com a Organização Mundial da Saúde (2009) está a habilidade de saber lidar com conflitos que não podem ser resolvidos, lidar com a autoridade; fazer e manter amizades e relacionamentos, pensar de forma criativa e crítica, tomar decisões, lidar com o stress e com a decepção, resistir à pressão, tolerar, respeitar e partilhar.

A autonomia é crucial para que os jovens construam valores e atitudes próprias sem terem de recorrer de forma constante ao apoio emocional e instrumental da sua família ou cuidadores. Como menciona Andrade (2016) citado por Silva (2022)

“Estas competências facilitarão, por parte do jovem, uma melhor capacidade de adaptação às exigências sociais do futuro papel de adulto, promovendo o seu bem-estar, confiança e segurança”

A autonomia representa, deste modo, um dos pilares fundamentais do desenvolvimento humano. É um processo contínuo que engloba o desenvolvimento da identidade, da autoestima e da capacidade de tomada de decisões livres e conscientes, exercendo a vontade própria do indivíduo, mesmo com a ajuda de terceiros, respeitando o ritmo e as necessidades individuais. Está relacionada com o autoconceito, ou seja, com a forma como a pessoa se vê a si mesma (Andrade, 2016).

Podemos ainda caracterizar diferentes níveis de autonomia:

- Autonomia pessoal: capacidade de tomar decisões relacionadas com o autocuidado e o quotidiano;
- Autonomia social: capacidade de interagir e relacionar-se com outras pessoas e participar na comunidade;
- Autonomia política: capacidade de exercer cidadania ativa e participação social.

A autonomia, nomeadamente em pessoas com diversidade funcional, é frequentemente limitada. Não pela sua condição funcional, como concluímos ao longo deste trabalho, mas por barreiras sociais, culturais e institucionais restritivas da liberdade de escolha e ação. Fontes (2016), ao teorizar a construção social da deficiência, depara-se com a criação de ambientes que infantilizam e sobre protegem, automaticamente excluindo e dificultando o desenvolvimento da autonomia. A ausência de espaço para errar, tomar decisões, experimentar e crescer, perpetua situações de dependência dos cuidadores, algo naturalizado pelas estruturas de apoio, sejam estas institucionais ou familiares.

A autonomia é uma competência que não se desenvolve isoladamente, necessitando de um contexto relacional e social que a favoreça, ou por outro lado, a iniba. O papel da família, da escola, das instituições e dos profissionais que prestam apoio é fundamental na criação de um espaço seguro, de confiança, escuta ativa e respeito pelas preferências e desejos individuais para a autonomia florescer nos jovens (Dessen & Polonia, 2001).

Possui, também, uma dimensão ética e política. Defender práticas emancipatórias e de desenvolvimento da autonomia é afirmar o direito à autodeterminação e à cidadania plena. É reconhecer que todos os indivíduos possuem o direito de viver a sua vida de acordo com os seus valores, escolhendo o seu próprio caminho. A convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência reitera esta perspetiva, assinalando a autonomia como sendo um princípio orientador de todas as práticas de inclusão (ONU, 2006).

Podemos concluir que o desenvolvimento da autonomia em jovens com diversidade funcional pressupõe, adicionalmente, desconstruir estereótipos e promover competências pessoais, bem como a garantia da existência de cenários reais de participação, seja na escola, na comunidade, no trabalho ou em projetos de vida independente, onde cada pessoa possa usufruir da liberdade de ser e de decidir. Refere-se, a uma escolha coletiva de construção de uma sociedade onde a autonomia não seja privilégio de alguns, mas um direito efetivo de todos. Neste sentido, as políticas sociais em Portugal refletem os compromissos assumidos através da ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) das Nações

Unidas (ONU, 2006), em 2009. Esta Convenção, de carácter vinculativo, defende como princípios gerais o respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual com a liberdade de tomada das próprias escolhas, e a participação plena e inclusão na sociedade. Deste modo, as políticas nacionais não podem ser entendidas isoladamente, mas antes como instrumentos de concretização dos direitos humanos.

A Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (Presidência do Conselho de Ministros, 2021) constitui um exemplo claro dessa aproximação entre políticas públicas e direitos, na medida em que consagra um eixo específico dedicado à promoção da autonomia e vida independente. Este eixo está em sintonia com o artigo 19.º da CDPD, que reconhece o direito de todas as pessoas com diversidade funcional de viverem de forma independente, incluídas na comunidade, exigindo que os Estados promovam medidas que garantam a liberdade de escolha e o acesso a serviços de apoio adequados.

Também a Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro, cria o sistema de quotas de emprego para pessoas com diversidade funcional, em defesa do direito ao trabalho e igualdade de oportunidades, previsto no artigo 27.º da CDPD. Ao garantir a integração laboral, esta política procura não só combater a discriminação, mas também reforçar a autonomia económica e social, assumindo o trabalho como uma dimensão essencial da cidadania ativa.

Por sua vez, a Prestação Social para a Inclusão (PSI) (Decreto-Lei n.º 126-A/2017) diz respeito ao direito à proteção social consagrado no artigo 28.º da CDPD, assegurando apoios financeiros que potenciam a autonomia, a participação e a qualidade de vida.

As políticas sociais nacionais devem possuir uma relação com a perspetiva dos direitos humanos, onde a diversidade funcional é entendida não como uma limitação individual, mas como resultado da interação entre pessoas com diversidade funcional e barreiras sociais. Contudo, como salientam Valduga (2018) e Rodrigues e Nogueira (2019), apesar da existência de um quadro normativo, subsiste um afastamento entre os direitos consagrados e a sua efetiva concretização. As práticas institucionais continuam condicionadas por constrangimentos de ordem financeira e organizacional, dificultando a implementação plena de medidas que promovam a autonomia.

Assim, o desafio que se coloca às políticas sociais não é apenas o de valorizar a autonomia como princípio, mas o de assegurar que os direitos reconhecidos internacionalmente se traduzam em práticas consistentes no quotidiano das pessoas com diversidade funcional. Estes planos, ainda que com boas intenções, podem não se traduzir em ações eficazes e ajustadas às necessidades reais de cada pessoa, limitando o impacto das intervenções e perpetuando situações de dependência.

Segundo Vicente e Lopes (2021), a autonomia pode ser compreendida em três dimensões que se interligam entre si, sendo estas a dimensão atitudinal, que concerne à definição de objetivos e escolhas; a dimensão emocional relacionada com a confiança do indivíduo em si mesmo e na sua capacidade de atingir os objetivos a que se propôs e, por último, a dimensão funcional caracterizada pelo desenvolvimento e criação de estratégias para alcançar os objetivos.

Não obstante das dimensões, os autores associam a autonomia a diferentes graus, desde a independência plena até à dependência total, o que evidencia que esta competência é construída e trabalhada de forma gradual e personalizada. É também afetada por inúmeros fatores como o contexto institucional, o acompanhamento técnico e as características individuais de cada jovem.

Podemos, de igual modo, observar que o conceito de autonomia pessoal é cada vez mais valorizado nas políticas referentes a pessoas com diversidade funcional. A legislação defende a autonomia como direito fundamental, bem como defende o direito à assistência adequada para ser possível esta ser posta em prática, através da tomada de escolhas e a participação nas decisões relativas à sua vida quotidiana (Ministério da Previdência Social, 2011).

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNCRPD) recomenda que todos os adultos com diversidade funcional recebam o apoio necessário ao fomento da sua autonomia e independência individual para tomarem as suas próprias decisões e escolhas.

A autonomia está relacionada com o conceito de autodeterminação, ou seja, o pressuposto de que os indivíduos assumam o controlo de determinados aspetos da sua vida. Ambos os conceitos requerem competências, conhecimentos e atitudes que tendem a desenvolver-se quando existe um aumento de oportunidades de tomada de decisões, com o seu apoio adequado (Wehmeyer, 2003). Wehmeyer juntamente com Bolding (2001) afirmam que a autodeterminação na diversidade funcional é limitada na medida em que existem limitações nas oportunidades de escolha e tomada de decisões. Tratando-se de indivíduos com diversidade funcional, de diferentes tipos e graus, sabemos que as oportunidades de escolha são por vezes limitadas para proteção do indivíduo. Quando mencionamos “oportunidades de escolhas” referimo-nos, maioritariamente, a momentos do quotidiano como a escolha de roupa, de ementa e que função quer desempenhar nas atividades, por exemplo. Pequenas escolhas do dia-a-dia que dotam o indivíduo de poder de decisão da sua vida e dos seus desejos e necessidades e são exemplo de autonomia.

A reflexão sobre o conceito de autonomia no período de transição para a vida adulta em jovens com diversidade funcional permite concluir que os conceitos não podem ser analisados numa ótica meramente abstrata ou de forma isolada. A idade adulta emergente representa um período de instabilidade, desafios e descobertas, sendo que se tratando do público-alvo em questão, os desafios são frequentemente ampliados por fatores como as barreiras sociais, culturais e institucionais que limitam as oportunidades de escolha dos indivíduos.

A autonomia deve ser entendida como um processo gradual e multidimensional, não se desenvolvendo apenas pela aquisição de competências individuais, mas sobretudo através da criação de contextos que permitam a sua prática. Trata-se de um direito fundamental e de uma dimensão ética e política, na medida em que está relacionado com a autodeterminação e a cidadania plena. Pequenos momentos de decisão, tais como escolher a roupa, participar na organização de uma atividade ou gerir o tempo de lazer assumem um significado ampliado, constituindo oportunidades concretas de vivência da autonomia e de fortalecimento da identidade.

Deste modo, compreender a autonomia na transição para a vida adulta na diversidade funcional significa assumir o compromisso coletivo de transformar práticas institucionais, desconstruir estereótipos e garantir políticas públicas que contribuam para a inclusão plena.

CAPÍTULO III

A Intervenção do/a Assistente Social na Promoção da Autonomia de Pessoas com Diversidade Funcional

É possível observar a partir dos capítulos anteriores, que as pessoas com diversidade funcional enfrentam, historicamente, barreiras acrescidas que influenciam no exercício pleno dos seus direitos, na sua inclusão plena na sociedade e no exercício da sua autonomia.

A intervenção do assistente social é, deste modo, crucial na promoção da inclusão social, da equidade e da justiça, através de práticas que fomentem a autodeterminação e emancipação dos indivíduos.

“O Serviço Social é uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social”

FIAS, AIESS (2014)

Em Portugal, durante séculos, a diversidade funcional foi encarada como uma tragédia social, associado à exclusão e discriminação social. Tal como referido por Fontes (2016) e Fontes, Martins, Lopes, Moura, Pinto, Alves e Portugal. (2023), estas formas de exclusão não são decorrentes de uma incapacidade natural, mas sim da construção social da deficiência e da presença de barreiras culturais, ambientais e psicológicas deficientizadoras. Estas barreiras são normalizadas nas sociedades, reforçando preconceitos e perpetuando a exclusão, o que limita o acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal e social.

Tradicionalmente em Portugal, o apoio social prestado às pessoas com diversidade funcional é maioritariamente institucional, com o internamento em lares residenciais e apoio institucional em regime ambulatorio ou apoio em contexto familiar. Embora distintas, estas modalidades acarretam em si, frequentemente, um efeito de contenção das possibilidades de escolha e liberdade individual, o que contribui para a dependência e enfraquecimento das relações sociais e familiares (por se tratar dos principais cuidadores) (Fontes et al., 2023).

Rebatendo a ideia de que uma deficiência intelectual anula a capacidade de tomar decisões, Gomes (2020) defende que as pessoas com diversidade funcional devem ser reconhecidas como agentes ativos nas suas próprias vidas e que, apesar de, regularmente, necessitarem de apoio em certas áreas, isso não compromete a sua capacidade de tomada de escolhas significativas no seu quotidiano.

O papel do assistente social passa, deste modo, por articular-se com o quadro legal e político vigente e pela garantia que a capacidade de tomada de decisões por parte dos indivíduos seja respeitada e estimulada, de forma a assegurar condições para que cada pessoa possa viver de acordo com as suas vontades, aspirações e direitos. Deste modo, cabe ao serviço social e aos assistentes sociais, segundo Gomes (2020):

“O papel de lutar pela igualdade, pela promoção do cuidado equitativo e da liberdade das pessoas com deficiência, sendo ainda hoje pessoas oprimidas nos vários contextos de vida como a educação, formação, o mercado de trabalho e a vida privada.”

Gomes, 2020, p.112

Portugal, em 2006, tornou-se signatário da Convenção das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas, tornando-se da sua responsabilidade a criação de medidas que satisfaçam as necessidades e mitiguem as dificuldades sentidas pela população com diversidade funcional. A Convenção reforça, também, o princípio da igualdade e a centralidade do indivíduo na sua vida, como sujeito de direitos. No que toca ao plano nacional, é importante realçar a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025, bem como a Portaria nº70/2021, responsável por regulamentar os Centros de Atividade e Capacitação para a Inclusão (CACI).

A idade adulta emergente, retratada neste estudo e aprofundada anteriormente, corresponde ao período temporal de autodescoberta, em que os jovens definem a sua identidade e dão os primeiros passos na vida adulta. Para os jovens com diversidade funcional, este período de transição, marcado por instabilidade e descoberta, é particularmente desafiante, tornando-se a autonomia uma competência essencial. A autonomia está relacionada, segundo Andrade (2016), com o desenvolvimento do autoconceito e com a capacidade de decisão e a construção de uma vida com significado. Aplicando os direitos humanos ao contexto que descrevemos, é necessário refletirmos sobre a urgência da transição de uma lógica assistencial para uma abordagem centrada na cidadania plena, o que implica romper com práticas institucionais que perpetuam situações de dependência e isolamento, e que promovam soluções inclusivas. É, também, neste cenário que os assistentes sociais se tornam atores centrais, ao focar-se, não apenas na resposta às necessidades imediatas, mas também na identificação de soluções duradouras, centradas nos desejos e na dignidade da pessoa. O seu trabalho passa pela criação de condições para que as pessoas participem ativamente nas decisões do quotidiano e desenvolvam relações interpessoais significativas (Carvalho & Albuquerque, 2025).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada por Portugal, reforça esta mudança de paradigma, reconhecendo que todas as pessoas, independentemente da sua condição, têm de ser tratadas com igualdade perante a lei. É, a partir deste enquadramento, que se torna ainda mais relevante o trabalho desenvolvido pelos/as assistentes sociais na defesa dos direitos das pessoas com diversidade funcional. O assistente social possui, então, um papel de mediador entre os direitos humanos e a realidade concreta das pessoas com diversidade funcional. É da responsabilidade dos assistentes sociais a construção de pontes entre as necessidades identificadas e os recursos disponíveis, numa perspetiva de proteção da individualidade, participação e promoção da autonomia. Devem, também, articular-se com outros profissionais e instituições, numa abordagem em rede, para garantir respostas integradas, adequadas e mais completas (Granja e Sousa, 2022).

A intervenção do assistente social consiste em apoiar processos de escolha consciente, ao promover a autorrepresentação e ao fomentar o protagonismo destas pessoas nas várias dimensões da sua vida. A promoção de pequenas experiências de decisão quotidiana como a escolha da roupa, da alimentação ou do modo de organização dos seus pertences constitui um marco importante na construção da autonomia.

Além do trabalho direto com as pessoas com diversidade funcional, os assistentes sociais devem, igualmente, atuar ao nível da sensibilização da sociedade e da formação de outros profissionais, contribuindo para a eliminação de preconceitos e estereótipos enraizados na sociedade. Esta ação educativa e transformadora é crucial para desmistificar conceções erradas e valorizar as competências e contributos destas pessoas na sociedade (Andrade, Oliveira, E., Oliveira, J., Barbosa, M. & Barbosa, S., 2023).

A intervenção deve, inclusive, contemplar o apoio às famílias. O assistente social tem a capacidade de ajudar a redefinir papéis, clarificar expectativas e reforçar a confiança no potencial de autonomia dos seus familiares com diversidade funcional (Valduga, 2018).

Como exemplo de boas práticas, podemos mencionar experiências internacionais, como o Independent Living Movement (EUA e países nórdicos) e, em Portugal, nos projetos do MAVI, que assentam na relevância do apoio personalizado para a construção de uma vida autónoma.

Os Assistentes Sociais assumem um papel central na mediação entre as necessidades específicas das pessoas com diversidade funcional e a concretização dos seus direitos humanos fundamentais como habitação, saúde, alimentação e educação, mas também de direitos como a liberdade e a autodeterminação. A estes profissionais cabe igualmente a responsabilidade de impulsionar a inclusão social destas pessoas. É igualmente fundamental que as organizações promovam a participação ativa e a autorrepresentação das pessoas com diversidade funcional, assegurando que qualquer forma de intervenção ou institucionalização ocorre sempre com o consentimento informado da própria pessoa. A ausência deste princípio compromete diretamente a sua liberdade e a sua autodeterminação (Gomes, 2020).

O Assistente Social é um profissional que atua com um forte compromisso com a mudança social, que procura construir uma sociedade mais inclusiva, com oportunidades de participação das pessoas com diversidade funcional. Paralelamente, os membros das organizações também têm o dever de contribuir para a criação de políticas inclusivas (Gomes, 2020, p.113). É necessário reconhecer que muitas destas pessoas não tiveram, ao longo da sua vida, a oportunidade de desenvolver plenamente a autodeterminação e a liberdade, uma vez que grande parte das respostas sociais recebidas tiveram um carácter essencialmente assistencialista e protetivo.

As pessoas com diversidade funcional devem ser reconhecidas em condições de igualdade perante a lei. Neste processo, os Assistentes Sociais desempenham um papel essencial ao apoiar tanto os próprios/as utentes como as suas famílias, incentivando-os a acreditar nas suas capacidades e a assumir o controlo sobre as suas vidas e escolhas. Outra função crucial dos profissionais, em qualquer contexto de intervenção, é a de sensibilizar a comunidade para os direitos das pessoas com diversidade funcional, contribuindo para a sua efetiva concretização (Gomes, 2020, p.114).

Deste modo, o assistente social é um aliado indispensável na construção da autonomia em pessoas com diversidade funcional, sendo o seu trabalho norteado por valores éticos, respeito pela diferença e compromisso com os direitos humanos (APSS, 2018). O desafio encontra-se em continuar a transformar as práticas, as estruturas e as mentalidades, de forma a promover uma sociedade verdadeiramente inclusiva, onde todas as pessoas possam viver com dignidade, liberdade e participação plena.

A intervenção do assistente social, como já mencionado, encontra-se fortemente enraizado nos valores de justiça social, dignidade e liberdade. Porém, podem surgir dilemas éticos na sua prática associada à promoção da autonomia, tais como o equilíbrio entre a proteção e a promoção da autonomia. Iamamoto (2001) e Dominelli (2002) defendem que o Serviço Social é uma prática ética e política, que deve ter como princípios norteadores a emancipação e a transformação social.

Além do trabalho direto com os utentes, os assistentes sociais devem intervir junto com as famílias, frequentemente sobrecarregadas com inúmeras responsabilidades. É da responsabilidade do profissional auxiliar na redefinição de papéis, na clarificação de expectativas e no esclarecimento e reforço da confiança no potencial da autonomia (Valduga, 2018, p.68).

De igual modo, a intervenção deve contemplar a sensibilização social e a formação de outros profissionais, desmistificando e desconstruindo preconceitos e combatendo estereótipos. Esta função educativa e transformadora é essencial para a criação de uma sociedade mais justa e inclusiva (APSS, 2018).

Em suma, o assistente social é um aliado indispensável na promoção da autonomia das pessoas com diversidade funcional. A sua intervenção ultrapassa a mera resposta técnica, assumindo-se como uma prática ética, política, transformadora e empoderadora. Tal como descrito no Código Deontológico dos Assistentes Sociais, a profissão orienta-se por princípios de justiça social, respeito pela dignidade humana e promoção dos direitos humanos, constituindo-se como uma prática ética, pois:

“O exercício profissional do Assistente Social exige, em todas as situações, uma atitude eticamente informada, desde logo por se tratar necessariamente de uma intervenção com implicações e impacto nas vidas das pessoas.”

APSS, 2018, p. 9

Iamamoto (2015) destaca que o Serviço Social é como uma prática política e crítica, capaz de intervir nos processos sociais de forma transformadora e emancipatória. Do mesmo modo, Gomes (2020) salienta que a/o assistente social tem um papel fundamental na criação de condições para a participação ativa das pessoas, fortalecendo a sua autonomia e empoderamento, o que consequentemente contribui para uma sociedade mais inclusiva e justa. Os desafios vivenciados pelos profissionais, encontram-se em continuar a transformar as práticas, as estruturas e as mentalidades, de modo a promover uma sociedade inclusiva, onde todas as pessoas possam viver com dignidade e liberdade.

“O serviço social promove a inclusão da diversidade funcional, visando o bem-estar e a felicidade de todos e respeitando sempre o desejo de cada indivíduo”

Ferreira, 2023.

O trabalho dos assistentes sociais com pessoas com diversidade funcional no contexto institucional enfrenta uma panóplia de desafios que exigem sensibilidade, criatividade e um compromisso contínuo com a mudança social para se proceder à sua resolução.

As instituições, espaços de apoio fundamentais em Portugal, deparam-se com limitações estruturais. Gomes (2020), destaca que um dos principais problemas dos sistemas de proteção e das respostas institucionais é a estagnação, devido à falta de apoio para práticas inovadoras. Esta realidade limita os assistentes sociais e as restantes equipas técnicas, enquanto obriga a um desenvolvimento do pensamento crítico, capaz de satisfazer as necessidades reais dos seus utilizadores/as.

Apesar da existência de inúmeras atividades, sejam estas de lazer, desporto ou recreativas, estas encontram-se, na sua maioria, confinadas ao espaço institucional, dificultando a integração plena na sociedade. O isolamento institucional reforça a segregação, compromete o desenvolvimento de competências para a autonomia e inclusão. Barton (2009) e Oliver (1990), relacionam a segregação institucional com a perpetuação do modelo médico da deficiência, centrado na limitação dos indivíduos, em detrimento do desenvolvimento do modelo social,

que encontra a sua causa nas barreiras criadas pela sociedade. As instituições de apoio a pessoas com diversidade funcional têm a obrigação de se assumir como espaços de capacitação que evita a reprodução de dinâmicas de dependência.

Esta premissa é, também, defendida na instituição selecionada para o presente estudo, e apesar do receio que alguns profissionais possuem do tratamento que irá ser dado aos utentes, estes continuam a participar em inúmeras atividades e saídas, como iremos desenvolver mais a frente, no capítulo do estudo empírico.

O papel dos profissionais da área vai além do apoio individual. Implica, do mesmo modo, a sensibilização da comunidade, a promoção e o desejo por mudanças estruturais nas instituições e a educação por uma cultura de respeito pela diferença, numa ótica de respeito pelos direitos humanos, equidade e inclusão.

A escassez de recursos humanos e financeiros limita a implementação de projetos de promoção de autonomia. Iamamoto, referiu em 2001, que o trabalho dos assistentes sociais se realiza num campo de tensões entre as necessidades sociais e as restrições institucionais, o que exige estratégias criativas de forma a não comprometer os direitos dos utentes. Além disso, as instituições deparam-se com dilemas éticos permanentes, como equilibrar a proteção e a promoção da autonomia. Dominelli (2002) relembra que práticas paternalistas, ainda que bem-intencionadas, reforçam a exclusão, tornando-se essencial a garantia da participação e que os jovens com diversidade funcional sejam ouvidos e incluídos na tomada de decisões que lhes dizem respeito. Apesar de nos referirmos a obras com mais de 20 anos de existência, consideramos que ainda são bastante atuais, na medida em que os comportamentos enunciados continuam a ser reproduzidos atualmente.

Os desafios sentidos pelos profissionais são inúmeros, todavia, as possibilidades de transformação são igualmente grandes. As instituições devem ser espaços de liberdade, desenvolvimento e oportunidade, e não de contenção e limitação. Diz respeito ao Serviço Social, em parceria com os profissionais das outras áreas que permitem o trabalho do assistente social possível, a construção de mecanismos para enfrentar os desafios identificados.

Em síntese, mais do que identificar os obstáculos existentes, importa encarar os desafios como oportunidades de mudança e inovação. Cabe ao Serviço Social e às instituições, repensar constantemente as suas práticas, com a finalidade de promoverem ambientes inclusivos e assegurar que as pessoas com diversidade funcional possuam voz ativa nos processos institucionais. Apenas desta forma será possível avançar para uma sociedade que valoriza verdadeiramente a diversidade e a autonomia.

CAPÍTULO METODOLÓGICO

O presente capítulo tem como finalidade a apresentação dos objetivos de estudo, bem como os procedimentos e a metodologia de investigação utilizada.

Primeiramente identificamos o método selecionado, acompanhado da caracterização dos participantes e de seguida a descrição do processo de recolha de dados. Por fim, apresentamos o método de análise de dados e a discussão dos resultados obtidos durante a investigação.

Neste estudo, e por se focar na compreensão de comportamentos e significados subjetivos de forma mais aprofundada, optamos pelo uso de uma metodologia de investigação qualitativa, expressa numa investigação etnográfica. De acordo com Flick (2022), a metodologia de investigação qualitativa permite aprofundar os fenómenos estudados, dando ênfase na perspetiva dos participantes e na interpretação contextualizada das práticas sociais. No que toca aos instrumentos de recolha de dados, selecionamos a entrevista semiestruturada, realizada às duas assistentes sociais, e a observação participante e recolha de dados como notas de campo de forma a ser possível a compreensão da perspetiva dos utentes, da restante equipa técnica e dos restantes profissionais da instituição.

Objetivos

Este trabalho possuiu como principal objetivo analisar o impacto dos assistentes sociais na construção da autonomia na transição para a vida adulta em jovens com diversidade funcional. Deste modo, almejamos compreender as práticas e o trabalho desenvolvido nas instituições, nomeadamente nos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI). Visamos entender de que forma é vista a autonomia por parte dos profissionais, principalmente dos assistentes sociais, e de que forma esta é tida em conta e percecionada pelos utentes. A visão dos monitores e auxiliares é também de interesse, visto que, trabalham diariamente com os utentes de forma mais próxima e desempenham na prática as diretrizes arquitetadas pela equipa técnica.

Este estudo possui, de igual modo, o objetivo de reforçar a importância do papel do Serviço Social na resposta e na construção da autonomia nos CACIs, não apenas por se tratar de uma área focada no empoderamento dos indivíduos, no desenvolvimento da mudança social, da

inclusão plena da sociedade e dos direitos humanos, mas também porque as direções técnicas, como se aplica no caso da instituição em que foi elaborada a investigação, é bastantes vezes atribuída a Assistentes Sociais.

Assim, os objetivos específicos que nos comprometemos a concluir são:

- i. Compreender como é trabalhada a autonomia nos jovens em transição para a vida adulta;
- ii. Compreender a perceção dos/as Assistentes Sociais quanto à autonomia e integração das pessoas com diversidade funcional;
- iii. Analisar as medidas de política social vigentes relativas à integração e apoio à pessoa com Diversidade Funcional.

Participantes:

A presente investigação, com o intuito de responder aos objetivos enunciados anteriormente, realizou-se em três grupos diferentes:

1. Diretora Técnica e Assistentes Sociais,
2. Restante equipa técnica; auxiliares e monitores;
3. Utentes.

Na tabela seguinte, encontramos os dados sociodemográficos das assistentes sociais entrevistadas, contando com um total de 2 entrevistas, pois a perspetiva das restantes profissionais da equipa técnica, monitores e auxiliares e utentes é aferida através da investigação etnográfica.

Tabela 1- Dados Sociodemográficos da Diretora Técnica e Assistente Social

Dados Sociodemográficos das Profissionais	Entrevistas	
	A	B
Idade	57	52

Género	Feminino	Feminino
Nível Académico	Licenciatura	Licenciatura
Área de Formação	Serviço Social	Serviço Social
Há quanto tempo trabalha na área da diversidade funcional	27 anos	27 anos
Há quanto tempo trabalha na Instituição selecionada para o estudo	27 anos	27 anos
Qual a profissão na Instituição	Diretora Técnica/Assistente Social	Assistente Social

Considerações éticas:

O presente projeto de investigação foi sujeito à aprovação da Comissão de Ética do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, com a aprovação nº 75 de 2025), bem como à autorização do Gabinete de Proteção de Dados, com a aprovação nº 56 de 2024.

A realização da investigação respeitou, desde a sua planificação, os princípios éticos e deontológicos que regem a prática científica e profissional no campo do Serviço Social, de forma a assegurar a proteção dos direitos humanos, a liberdade e a dignidade de todos os envolvidos (Resnik, 2020; Orb, Eisenhauer & Wynaden, 2021).

Anteriormente a iniciarmos a recolha de dados, solicitamos a autorização formal à Direção da Instituição onde o estudo foi desenvolvido, de modo a garantir transparência e corresponsabilidade institucional. Além disso, foi obtido o consentimento informado (Anexo II) das assistentes sociais que participaram nas entrevistas semiestruturadas. Este consentimento foi assegurado através de um documento escrito, acompanhado da explicação verbal, em linguagem clara e acessível, onde foram apresentados os objetivos da investigação,

os métodos de recolha de dados, a finalidade do estudo, que é exclusivamente académica, e os direitos inerentes à sua participação (Anexo III).

As participantes foram informadas de que a sua colaboração era voluntária e não vinculativa, mantendo sempre a possibilidade de recusar, interromper ou desistir da participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou consequência. Foi igualmente garantido o direito à retirada dos seus dados, caso assim fosse solicitado, em conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (UE 2016/679).

No que diz respeito à observação etnográfica e tendo em conta a vulnerabilidade do público-alvo do presente estudo, foram tidos em conta os princípios do respeito e salvaguarda da dignidade inerente aos seres humanos. Embora os utentes não tenham sido entrevistados diretamente, o estudo garantiu na sua totalidade que a observação fosse realizada de forma natural, sem perturbar o normal funcionamento das atividades quotidianas do CACI. Os registos de campo foram elaborados com base em notas descritivas, analíticas e reflexivas, evitando a recolha de dados que pudessem expor, estigmatizar ou identificar individualmente os utentes (Flick, 2022; Creswell & Poth, 2018).

Para a recolha e análise dos dados foram adotados critérios de anonimização e confidencialidade. Todos os dados provenientes, quer das entrevistas às profissionais, quer da observação, foram codificados e tratados de forma a impedir a identificação direta ou indireta das participantes e utentes. Além disso, não foram utilizados nomes próprios nem elementos que pudessem levar à identificação pessoal. A informação recolhida terá apenas fins académicos e científicos, sendo armazenados num ambiente seguro e eliminados no período legal após a conclusão da investigação, de acordo com as recomendações éticas internacionais (Orb et al, 2021).

A recolha de dados decorreu em espaços calmos e favoráveis à criação de um ambiente de confiança, com o intuito de minimizar qualquer desconforto ou constrangimento que poderia existir decorrente da presença da investigadora. Este cuidado visou garantir o respeito pelos princípios da dignidade, autonomia, autodeterminação e beneficência e não maleficência, essenciais no trabalho com pessoas e comunidades em situação de maior vulnerabilidade (Banks, 2016; IFSW, 2018).

Por último, é necessário salientar que a investigação foi desenvolvida adotando uma postura de reflexividade constante, reconhecendo o papel do investigador como parte integrante do processo e assumindo a responsabilidade de evitar interpretações enviesadas ou perspetivas que pudessem reforçar estigmas ou desigualdades. O compromisso ético não se limitou a cumprir normas formais, mas procurou integrar-se em cada etapa do estudo, desde a conceção

até à análise e divulgação dos resultados, em consonância com os valores do Serviço Social e da investigação qualitativa.

Métodos de recolha de dados:

O objetivo principal do estudo, como mencionado anteriormente, é compreender o impacto dos assistentes sociais no processo de desenvolvimento da autonomia nos jovens em transição para a vida adulta. Todavia, apenas a perspetiva dos assistentes sociais quanto ao conceito não iria captar na totalidade a realidade das práticas e do trabalho desenvolvido nas instituições.

O trabalho social caracteriza-se pela articulação em rede, contando com a colaboração de diferentes profissionais. Granja e Sousa (2022) sublinham que o trabalho em rede é uma estratégia essencial para combater os desafios contemporâneos, fomentando a coordenação interinstitucional e a criação de respostas coletivas ajustadas às necessidades reais dos indivíduos.

Assim, tornou-se necessária a compreensão da perspetiva da restante equipa técnica e dos monitores e auxiliares pela proximidade com os utentes. Além da perspetiva de diferentes profissionais, concluímos que as práticas só fazem sentido quando abraçadas e adotadas pelos utentes, sendo a sua visão sobre o conceito de autonomia crucial para este trabalho.

Podemos concluir que a presente investigação se trata de um estudo de caso, que contou com o uso da etnografia. Yin (2015), refere o estudo de caso como sendo adequado para a análise de fenómenos complexos em contextos específicos, permitindo uma visão holística do objeto de estudo.

A entrevista foi a técnica de recolha de informação selecionada, pois trata-se de uma técnica extremamente versátil e adequada à compreensão de significados subjetivos (Gil, 1999; Creswell & Poth, 2018). A entrevista foi utilizada de forma a responder ao objetivo principal do trabalho: conhecer a perspetiva dos assistentes sociais e o seu impacto no âmbito da autonomia. A utilização deste método permitiu a obtenção da informação de um modo mais completo, sendo observadas além das respostas, expressões corporais, tom de voz e ênfase nas respostas. Tratando-se da entrevista semiestruturada, existiu também uma maior flexibilidade no esclarecimento das questões e no natural decorrer da entrevista (Flick, 2022).

A entrevista semiestruturada baseou-se num guião de modo a possibilitar a obtenção do máximo de informação relativamente a:

1. Caracterização das assistentes sociais da instituição;
2. Determinação dos conhecimentos das assistentes sociais da instituição;
3. Conhecer a opinião das profissionais relativamente à importância da autonomia;
4. Conhecer as práticas promotoras da autonomia presentes na instituição;
5. Identificar as dificuldades sentidas pelas profissionais;
6. Perceber a importância atribuída pelas profissionais quanto à formação sobre a promoção da autonomia.

A recolha de dados utilizando este método apenas foi possível, porque ambas as profissionais aceitaram e autorizaram a sua participação através da assinatura do seu consentimento informado (Anexo II). Ambas as entrevistas foram realizadas nas instalações da fundação e duraram em média trinta minutos. Foram gravadas em formato áudio, também com o devido consentimento das profissionais. O áudio obtido foi posteriormente transcrito para formato de texto, de forma a ser utilizado nesta investigação para análise de resultados e extração de excertos relevantes das respostas de cada uma das entrevistadas.

Inicialmente, um dos objetivos do presente estudo era, além da realização de entrevistas aos assistentes sociais, a realização de entrevistas aos utentes, de forma a ser possível a compreensão da sua perspetiva quanto à importância da autonomia no seu quotidiano. No entanto, e tratando-se de um público vulnerável, optou-se pela investigação etnográfica, através da observação e da recolha de notas de campo. Através da observação, foi possível compreender de que forma os jovens se sentem em relação à sua autonomia. A investigação etnográfica também contou com a leitura e análise dos documentos da instituição que dizem respeito às atividades elaboradas no exterior, de forma a perceber de forma profunda a perspetiva, não apenas dos utentes, mas também dos auxiliares e monitores.

A etnografia, enquanto abordagem qualitativa, permite a compreensão de fenómenos sociais a partir da perspetiva dos sujeitos envolvidos, privilegiando o contexto em que estas ocorrem. (Hammersley & Atkinson, 2019) Esta metodologia privilegia a observação participante, possibilitando a captação de significados implícitos, dinâmicas relacionais e práticas do dia a dia que dificilmente seriam captadas por meio de entrevistas.

No contexto da diversidade funcional, a etnografia apresenta um papel de relevância acrescida, na medida em que não se limita à descrição de comportamentos, mas procura dar voz a grupos

frequentemente silenciados, promovendo um olhar mais inclusivo nas relações de poder (Madison, 2020). A utilização da observação participante neste estudo permitiu, não apenas registar comportamentos, mas também compreender sentimentos, expectativas e desafios enfrentados pelos jovens no seu processo de transição para a vida adulta, de forma a ser possível captar de forma fidedigna a perspetiva dos utentes quanto ao seu nível de autonomia e ao estímulo do mesmo, sem utilizar métodos invasivos ou que pudessem trazer desconforto.

A recolha de notas de campo constituiu um instrumento fulcral, visto que possibilitou o registo tanto de interações explícitas como de momentos subtis do dia a dia dos indivíduos, expressões emocionais e contextos de socialização. Estas notas serviram como complemento indispensável às entrevistas, permitindo construir uma visão mais holística da realidade investigada, captando a perspetiva de ambas as partes.

A análise documental foi igualmente incorporada como parte da estratégia etnográfica, ainda que em menor escala, dado que os registos institucionais oferecem uma perspetiva formal das práticas desenvolvidas. A triangulação de dados recolhidos nas entrevistas, observação e documentos, reforça a validade do estudo. (Flick, 2022).

Métodos de análise de dados:

De forma a analisar os dados recolhidos nas entrevistas semiestruturadas, consideramos o método de análise temática o mais adequado, tendo por base a teoria de Braun e Clark (2006). Este método foi considerado o mais adequado, na medida em que permite a existência de subjetividade e interpretação das respostas por parte da entrevistadora.

A metodologia de análise temática divide-se em seis fases, como é possível observar na tabela 2, e é a partir dessa divisão que se dá início à análise dos dados das entrevistas.

Tabela 2- Fases do processo de análise temática de Braun e Clarke (2006).

Fase	Descrição da Fase	Descrição do Processo
1	Análise e familiarização com os dados	Transcrever e rever os dados; ler e reler os dados; anotar ideias iniciais durante o processo.

2	Criação de códigos iniciais	Codificar aspetos interessantes dos dados de forma sistemática na totalidade dos dados, agrupar excertos relevantes para cada código.
3	Procura de temas	Agrupar códigos em unidades maiores, os chamados temas, de forma a reunir todos os dados relevantes para cada tema.
4	Revisão dos temas	Verificar se os temas funcionam em relação aos excertos de texto codificados e o conjunto de dados; construção do mapa temático da análise.
5	Definição e nomeação de temas	Analisar de forma contínua para refinar as especificidades de cada tema, e a história que a análise conta; criar definições e nomes claros para cada tema.
6	Realização do relatório	Seleção de exemplos de extratos vividos e convincentes, análise de extratos seleccionados, relacionando análise com a questão de pesquisa e literatura, de modo a produzir um relatório académico de análise.

Análise de dados e discussão dos resultados

Nesta fase do trabalho são apresentados e discutidos os resultados da análise temática.

Esta análise irá debruçar-se não apenas sobre as profissionais entrevistadas, afirmando o papel do Serviço Social nestas questões, mas, de igual modo, na análise da investigação etnográfica, capaz de transmitir a perspetiva dos jovens e dos restantes profissionais, no que toca ao conceito chave deste trabalho, a autonomia.

Focando-nos, primeiramente, nas entrevistas realizadas às assistentes sociais e diretora técnica da instituição, seguimos, como mencionado anteriormente, a análise de Braun e Clark (2006). De forma a ser possível estabelecer relações temáticas, foi criado um mapa de análise onde são apresentados os temas e subtemas resultantes da análise, bem como os códigos dos mesmos.

Resultados obtidos através das entrevistas

Familiarização das profissionais face ao tema:

Este tema emergiu do conteúdo das narrativas de duas questões, que possuíam como principal objetivo perceber se as profissionais estão familiarizadas com o conceito de Diversidade Funcional e com o conceito de autonomia na diversidade funcional. Estes conceitos são fulcrais para que seja compreendido o contexto da entrevista e o que pretendemos analisar.

Conhecimento sobre Diversidade Funcional:

Este subtema tem origem na análise ao questionamento das profissionais entrevistadas sobre o conceito de Diversidade Funcional, visto que será uma das principais expressões utilizadas durante a entrevista, bem como durante a permanência em trabalho de investigação etnográfica. De acordo com as respostas obtidas, ambas as profissionais consideram que Diversidade Funcional se trata de uma terminologia com o mesmo significado de deficiência, numa ótima menos pejorativa e mais focada na diversidade entre indivíduos. Ambas caracterizam o conceito como a diversidade de funcionamento que as pessoas podem ter.

“Interpreto que existem pessoas com características diferentes umas das outras, daí a diversidade (...) e funcional em termos do seu funcionamento no quotidiano, nas atividades da vida diária (...) tanto no nível intelectual como ao nível das competências” (A)

“Alguns utentes dizem “eu não sou deficiente” e eu digo muitas vezes “ninguém disse que eras deficiente. Somos todos diferentes e temos capacidades diferentes”. Aí está a diversidade funcional, por isso é que não há duas pessoas iguais” (A)

“Entendo que eles são muito diferentes, mas muito funcionais na diferença deles. (...) somos todos diferentes e todos funcionais, e, portanto, eles são também funcionais e diferentes, como nós todos” (B)

O conhecimento do conceito, bem como a sua reprodução em contexto institucional, é importante na medida em que se mitiga o uso de termos que possam marginalizar e oprimir o público-alvo em questão e as organizações de apoio devem dirigir os seus esforços no sentido de promover a igualdade.

É possível relacionar a análise desta questão com o estudo realizado por Paula Ferreira em 2023, sobre as sexualidades das pessoas com diversidade funcional nos Lares Residenciais. A investigadora elaborou seis entrevistas e uma das questões iniciais, tal como no presente estudo, referiu-se ao conhecimento do termo “diversidade funcional”. Como resultado, obteve duas respostas similares às apresentadas aqui: sinónimo de deficiência; diferentes formas de funcionamento. As restantes quatro respostas apresentaram definições pouco claras ou desconheciam o termo. Esta articulação entre ambos os estudos é relevante, na medida em que permite perceber o conhecimento de novos conceitos mais abrangentes nas duas respostas de apoio a pessoas com diversidade funcional mais utilizadas.

Conhecimento sobre o conceito de autonomia na diversidade funcional, qual a relação entre os conceitos

Este subtema torna-se necessário para percebermos a importância dada pelas profissionais ao conceito de autonomia como um conceito micro, cíclico e com necessidade de estímulo, importante para a qualidade de vida dos seus utentes.

Ambas as profissionais relacionam a autonomia com a possibilidade de realizar escolhas e tomar decisões no contexto quotidiano, como decidir a ementa, a função nas tarefas ou participar em atividades como tarefas domésticas. Todavia, ambas reconheceram desafios significativos no desempenho da autonomia, como a dificuldade de equilíbrio entre dar a possibilidade de autonomia e proteger os indivíduos, assumindo que estes podem não

conseguem distinguir situações de perigo com tanta facilidade, sendo parte de um público mais vulnerável.

“Uma relação de medida (...) doseada (...) entre as competências, a capacidade e dentro das capacidades (...) que autonomia me podem dar. Há uma relação direta” (A)

“Tem de haver um contexto de vigilância, de estímulo e de saber perceber se a pessoa está a entender o que se está a passar. Porque a autonomia vem aliada com uma responsabilidade.

Se a pessoa não quiser, não conseguir ter essa responsabilidade, a autonomia vai ser diferente” (A)

“Têm de ser autónomos nas suas escolhas. Se depois podem ter essa autonomia, é diferente, porque às vezes não conseguem perceber o risco em que podem ser colocados” (B)

“A autonomia está ligada ao poder de escolha, e se essa escolha é possível ou não” (B)

A visão das profissionais revela que a autonomia é algo que necessita de apoio para a sua concretização, bem como não se trata de um objetivo abstrato, mas como um processo de treino e estímulo progressivo. Esta resposta encontra-se em concordância com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNCRPD) que alerta para a importância de todos os adultos com diversidade funcional receberem o apoio necessário ao desenvolvimento da sua autonomia e independência.

De que forma é trabalhada a autonomia na Diversidade Funcional

Este tema emergiu, de igual modo, da análise e codificação das respostas a duas questões, que possuíam como principal objetivo perceber de que forma a autonomia é trabalhada na área da diversidade funcional, bem como no CACI em que foi realizada a investigação e os desafios inerentes a esse trabalho.

Estas questões são essenciais pois, desta forma, é possível compreender a importância dada ao conceito de autonomia e as práticas desenvolvidas na instituição.

De que forma é trabalhada a autonomia nos jovens do CACI

As profissionais responderam à presente questão em concordância. Ambas admitiram o trabalho na autonomia na diversidade funcional como algo progressivo, que necessita de etapas

para a sua efetivação. Assumiram a autonomia como algo relacionado com pequenas escolhas, com ter poder na sua vida e no seu quotidiano e que o seu trabalho e desenvolvimento passava exatamente por isso, por proporcionar a tomada de decisões no quotidiano e um estímulo contínuo e equilibrado.

“Começamos por pequenos passos, por exemplo no trabalho do dia a dia (...) A autonomia está na capacidade de decisão do que quero e não quero. Até num contexto muito simples, na escolha da ementa do dia” (A)

“A autonomia de vestir, despir (...) fazer a sua higiene sozinha (...) deve e é estimulada” (A)

“Relembrando que estamos a trabalhar a vida deles e que eles devem ser incluídos nesse projeto, nessa vida, no trabalho que estamos a realizar” (B)

“Dar liberdade no processo de fazer as coisas. Eles (utentes), sentem-se muito livres no processo e são muito exigentes (...) na forma como fazem as coisas. (...) é um exemplo de autonomia (...) sentem-se livres para fazer, perguntar (...) sabem o que fazer e porque estão a fazer” (B)

A resposta a esta questão é importante, porque além de se encontrar positivamente relacionada com o que foi observado durante o período de investigação etnográfica, também se encontra de acordo com a literatura referente ao conceito de autonomia.

Quais os desafios encontrados ao trabalhar a autonomia na diversidade funcional

A resposta a esta questão gerou resultados diversificados, mas igualmente importantes.

A profissional A, retrata os desafios numa ótica de gestão, com a relevância da boa comunicação e motivação dos trabalhadores para o alcance dos objetivos, bem como a importância de se reconhecer o equilíbrio entre a realidade e o estímulo dos utentes quando se traça objetivos ligados com a sua autonomia.

Por outro lado, a profissional B apresenta-nos desafios mais relacionados com a proteção dos utentes, e com a resiliência que é intrínseca ao processo de desenvolvimento da autonomia. Defende que, ao trabalhar a autonomia, é necessário mostrar aos jovens que os erros fazem parte do processo, que são naturais e que podem ser positivos de forma a estimular outras características, como a resiliência e o pensamento estratégico e de resolução de problemas, mantendo a sua confiança e motivação durante o processo.

“A dificuldade das organizações é que os trabalhadores estejam alinhados num propósito, num objetivo. (...) Porque se temos 20 trabalhadores se houver um desses trabalhadores que não esteja alinhado, as coisas não correm bem” (A)

“Os objetivos têm que ser razoáveis e realistas não podem ser objetivos que não sejam inatingíveis. Por vezes podemos pecar por serem acessíveis ou então por serem aquém da capacidade daquela pessoa” (A)

“O contexto que nos envolve não é só este contexto micro ou não é só na família (...) é na comunidade e (...) os estereótipos dos “coitadinhos” do “deixar estar” que (...) não consegue” (A)

“Quando se tenta que eles tomem esta iniciativa, que façam as coisas, que conheçam os processos? (...) O principal desafio é mostrar que há sempre o perigo e há sempre alguma coisa que pode correr mal, e que é normal, e que há o erro, e se errarem não vamos ficar zangados” (B)

“Cada passo que damos, a cada passo que crescemos, alguma coisa pode correr mal e termos de voltar atrás e termos de recomeçar. (...) Isso é importante para a confiança e para o crescimento” (B)

Apesar de diferentes, é claro que ambas as profissionais reconhecem os desafios ao trabalho contínuo de fomento e estímulo da autonomia.

O Serviço Social no desenvolvimento da autonomia

O presente tema encontra-se dividido no impacto das profissionais no desenvolvimento da autonomia enquanto Assistentes Sociais e, na segunda questão, enquanto integrantes da equipa técnica.

O impacto do Serviço Social

As profissionais focam-se em diferentes pontos, na resposta à presente questão. Enquanto a assistente social A retrata o trabalho do Serviço Social como um trabalho mais de retaguarda, organizacional, com a idealização de dinâmicas e de ferramentas de medição de objetivos, a assistente social B foca-se na questão do trabalho do Serviço Social na área da diversidade funcional se caracterizar como um trabalho essencialmente em rede, com a cooperação de profissionais distintos.

As respostas de ambas as profissionais podem estar relacionadas, na medida em que um trabalho organizacional e de planeamento necessita de uma vertente que ponha essas ações em prática.

“Penso nas vivências e de que forma posso contribuir para que essas vivências sejam positivas. (...) A minha ação é mais indireta (...) não estou em contexto de sala, tanto como os profissionais (auxiliares e monitores) mas (...) os princípios e valores que eu defendo chegam até eles” (A)

“(Trabalho nas) atividades que são desenvolvidas, negociadas e discutidas (...) ouço as propostas que as pessoas trazem e considero-as válidas (ou não) para eles (...) e tem diretamente impacto na vida deles (utentes)” (A)

“É um trabalho de “nós”, não fui eu (...). O trabalho do Serviço Social funciona muito em rede, sozinho não tem o impacto procurado” (B)

Podemos concluir que o papel do assistente social, apesar de indireto, afeta diretamente a vida dos jovens, visto que atua como um facilitador de oportunidades de tomada de decisão.

O Serviço Social promove a dignidade, autodeterminação e a participação informada das pessoas (APSS, 2018). Relacionando com contextos com crianças e jovens, há evidências que demonstram que intervenções colaborativas, construídas “em rede”, geram efeitos diretos no quotidiano e na tomada de decisão dos cuidadores, ilustrando como a mediação dos assistentes sociais funciona como facilitadora de oportunidades de participação (Gomes & Guadalupe, 2020). A ação do Serviço Social apesar de indireta possui efeitos diretos na vida dos indivíduos, pois permite a criação de condições para que decidam e participem.

O papel da equipa técnica na promoção da autonomia

As respostas geradas nesta questão são semelhantes. Ambas as profissionais assumem a importância da existência de uma equipa de profissionais distintos para a implementação de um melhor trabalho em contexto institucional. Assumem que o trabalho do Serviço Social é um trabalho que se torna mais benéfico quando inserido num contexto de trabalho em rede, em que exista comunicação e o complemento de diferentes valências.

“O trabalho de equipa é importante para conseguirmos implementar as medidas que desejamos. (...) Cada uma tem o seu papel.” (A)

“Todas nós temos um papel ativo e importante dentro da organização. Porque cada uma de nós tem um saber importante, e que deve ser tido enquanto, e por isso é que cada uma de nós estudou uma área diferente (...) e faz com que se cresça, e que a casa vá evoluindo dentro. (...)

O saber que cada uma adquiriu na sua formação académica, e depois também profissionalmente (na prática)” (B)

Tal como no presente estudo, também no estudo de Thaís Matela e Inês Casquilho-Martins no âmbito da intervenção de equipas multidisciplinares para a integração e proteção social de crianças e jovens imigrantes socialmente vulneráveis, as equipas técnicas são valorizadas. Apesar de numa área diferente da do presente estudo, as autoras concluíram que, nas cinco entrevistas semiestruturadas que realizaram a assistentes sociais, um dos pontos em concordância durante todo o discurso das profissionais sobre a intervenção debruçou-se na importância do trabalho em equipa:

“Importância de o trabalho ser realizado em equipa e dos diferentes saberes que a integram.

A promoção da melhoria das condições de vida, no acesso aos serviços e no apoio ao processo de integração social através de estratégias colaborativas entre equipas, profissionais e as famílias revela-se como uma combinação determinante para aumentar as potencialidades da atuação profissional.”

Matela & Casquilho-Martins, 2021

Apesar de em diferentes esferas é interessante observar a transversalidade da importância do trabalho em rede.

Importância da formação para trabalhar a autonomia na área da Diversidade Funcional

Este tema diz respeito à análise de duas questões. A primeira é referente à importância da formação base em Serviço Social para o trabalho desempenhado pelas profissionais no âmbito do desenvolvimento da autonomia na área da diversidade funcional e a segunda concerne ao nível de importância que é dado pelas profissionais à formação continua.

Importância da formação de base (Serviço Social) para trabalhar o conceito de autonomia

A profissional A encara a formação em Serviço Social como essencial para trabalhar com a diversidade funcional, na medida em que considera que aprendeu o central da sua ação: reconhecer a individualidade de cada pessoa e respeitar as suas necessidades de acordo com o que estes assumem como as suas necessidades e não o que ela, enquanto profissional, pensa que são as necessidades dos indivíduos.

A profissional B, apesar de considerar a sua formação como assistente social importante, diz-nos, durante a entrevista, que a prática foi extremamente importante para trabalhar na área, bem como a formação contínua e complementar à licenciatura.

“Nós vamos lidar com muitos grupos, vamos lidar com muitas pessoas, muita diversidade social e individual, e temos que perceber que não é o que nós queremos e o que nós achamos. Há responsabilidades dos pais para com os filhos. Há questões cruciais no Estado de direito e que são obrigatórias. (...) Contudo, temos que aceitar que há pessoas que não acham importante determinadas coisas na vida delas. E não é por eu achar que é importante que eu tenho que impor. Podemos trabalhar algumas questões fundamentais, mas não podemos impor-nos.” (A)

“Sim, sou assistente social. (...) Há outras disciplinas (...) do serviço social em si, e sim, foi importante” (B)

Importância da formação contínua

As profissionais consideram a formação contínua extremamente importante, bem como o contacto com as instituições de ensino, onde acreditam que se produz o saber.

Além de considerarem a formação extremamente importante, também mencionam a importância de receber no seu local de trabalho, diferentes profissionais, capazes de questionar e de as fazerem questionar as suas práticas.

“Muito importante! Quando estamos longe de onde se produz o conhecimento, ficamos um bocadinho desatualizados (...) Muitas vezes estamos embrulhados no que estamos a fazer e achamos que estamos a fazer tudo bem. (...) e obrigamo-nos a ver-nos de outra forma.” (A)

“Fui visitando instituições na área da deficiência. Fui fazendo formações nessa área e fui adquirindo mais conhecimento” (B)

Resultados obtidos através do estudo etnográfico

A observação etnográfica decorreu entre os meses de maio e setembro de 2025, num CACI localizado no distrito do Porto e assumiu um carácter sistemático e contínuo ao longo do período da análise.

A observação centrou-se na importância dada pelos utentes à sua autonomia e de que forma esta era trabalhada pelos profissionais da equipa técnica e pelos auxiliares e monitores das salas de atividades. Foram observadas tanto práticas formais, como atividades estruturadas, como momentos informais do quotidiano, momentos de jogos antes do início das atividades ou momentos de descanso depois do almoço, com a finalidade de captar a diversidade de experiências relacionadas com a autonomia.

Antes de enunciarmos os resultados, é importante mencionar que embora o foco da investigação seja na faixa etária dos 18 aos 35 anos, estavam inseridos nos grupos de trabalho utentes com idades superiores. Sempre que se revelou pertinente, os comportamentos e ações de utentes com idades superiores foram analisados, uma vez que também representaram aspetos relevantes para a análise das dinâmicas institucionais.

A observação dividiu-se pelas inúmeras atividades providenciadas pelo CACI, consoante o seu nível de relevância para a investigação, incluindo alguns momentos terapêuticos, atividades de grupo, momentos de refeição (nomeadamente o lanche da manhã) e tempos de lazer, que permitiram uma visão mais abrangente das rotinas institucionais.

Inicialmente, pensamos na elaboração de dois subcapítulos distintos: um referente à perspetiva e importância atribuída pelos utentes e um segundo referente à perspetiva dos restantes profissionais, como auxiliares, monitores e restantes membros da equipa técnica que não foram sujeitos a entrevistas, mas que desempenharam um papel importante na observação, como psicóloga e terapeutas ocupacionais. Todavia, optou-se por apresentar os resultados num único subcapítulo, dado que as perspetivas observadas se encontram profundamente entrelaçadas, em dependência mútua, sendo difícil dissociar a visão dos utentes das práticas e atitudes dos profissionais. Isto acontece, pois, como mencionado anteriormente, a autonomia só se desenvolve no contexto institucional quando existem oportunidades para os utentes tomarem decisões, sendo estas decisões possibilitadas pelos profissionais.

A observação etnográfica permitiu aceder a uma compreensão próxima e contextualizada do quotidiano dos utentes. A riqueza dos dados recolhidos não se encontra apenas nas atividades planeadas, mas também nas ações do dia a dia, nas interações espontâneas e nos modos como a autonomia foi encorajada, ou limitada. Este enquadramento oferece as bases para a análise

que se segue, onde serão descritos e discutidos os resultados obtidos durante o período de observação.

Perspetiva e importância atribuída à autonomia pelos jovens e pelos profissionais:

“Aqui não queremos o que é mais conveniente para nós, mas sim o que é mais vantajoso para eles (utentes). O que lhes permite evoluir”

Diretora técnica e assistente social

Iniciamos a apresentação dos resultados obtidos através da observação com esta citação da diretora técnica do CACI em questão, pois, ao longo do tempo foi possível observar que a citação corresponde à realidade observada.

Tornou-se notório desde os primórdios do trabalho de investigação a importância que era dada à autonomia por parte dos jovens, bem como a variedade de formas como podem expressar a mesma.

A autonomia foi, em diversos momentos, demonstrada através da possibilidade de tomar decisões relacionadas com as atividades que estavam a realizar ou sobre aspetos simples do quotidiano institucional. Os profissionais, nomeadamente auxiliares e monitores presentes em sala, estimulavam a autonomia respeitando sempre a individualidade e a vontade de cada um. Além deste respeito pelos utentes, os profissionais também se mostraram bastante exigentes quando, por vezes involuntariamente (pois a autonomia encontra-se presente de forma abrangente no quotidiano e às vezes o seu estímulo é feito de forma automática), trabalham o conceito de autonomia.

De modo geral, os jovens demonstraram valorizar a possibilidade de tomar decisões, dar sugestões nos trabalhos, ou mesmo em situações rotineiras. É possível perceber esta valorização, por exemplo, na atividade de embalar talheres para as refeições do CACI. O grupo separa, faz o polimento, embala, faz a preparação da embalagem (com a dobragem do guardanapo) e conta quantos talheres produziu. Além da elaboração da tarefa, são os próprios que preparam a sala para a sua realização, desinfetando as mesas, distribuindo os materiais necessários, equipando-se e indo recolher e arrumar os talheres antes e após a execução da tarefa. Toda a preparação é feita de forma natural, clara e organizada, muitas vezes sem a

necessidade de intervenção da monitora ou auxiliar. Os utentes, utilizando a sua liberdade e autonomia, tomam iniciativa de limpar o local e preparar a atividade.

Todos passam pelas diferentes fases do processo, que lhes é sempre transmitida pela monitora responsável. Esta atividade alinha-se com a perspetiva de Andrade (2016) e Wehmeyer e Bolding (2001) de que a autonomia se constrói através da tomada de pequenas decisões.

“Quem quer separar?”

“Quem é que contou da última vez?”

“Preferes embalar ou fazer guardanapos?”

Estas são algumas das questões ouvidas na sala. O grupo sente-se autónomo para tomar decisões durante todo o processo, valorizado e ouvido, pois tudo é feito em equipa e com o seu consentimento. Estas questões colocam os jovens perante escolhas e transmitem a ideia de que a sua opinião é considerada. A capacitação das pessoas com diversidade funcional exige apoio técnico adequado, pressupondo oportunidades reais para o exercício da autodeterminação, ou seja, da sua capacidade de se posicionar como agente causal da sua própria vida.

A autonomia é sempre incentivada, seja na escolha do que preferem fazer, nas sugestões dadas ao longo da atividade ou da exigência durante todo o processo. A exigência é importante visto que, como mencionado anteriormente, a autonomia é um conceito que acarreta outras competências e especificidades, sendo uma delas a responsabilidade. Quanto mais autonomia o jovem tem, mais responsabilidade tem nas suas ações, o que resulta numa maior disciplina, seriedade e compromisso com as ações que desempenham.

“X, achas que está bem limpo? Tenta outra vez!”

“Está ótimo, muito bem!”

A exigência vem lado a lado com as palavras de confiança, os elogios e a motivação e os utentes mostraram sentir-se comprometidos na realização de um bom trabalho e a seguir as sugestões. Observamos, de igual modo, que a autonomia se encontra relacionada com a autoestima e a valorização pessoal dos utentes. Quando confrontados com situações em que necessitam de ser autónomos, os jovens demonstram prontidão e felicidade na sua execução. Ainda no que concerne a atividade referente aos talheres, foi possível ouvir diariamente expressões como:

“Posso ir buscar o carrinho? (À cozinha, onde estão os talheres)”

“Vou limpar as mesas!”

“Hoje sou eu a separar!”

O CACI possui igualmente a atividade da elaboração de molas e da reetiquetagem de medicamentos, onde os utentes são remunerados pelo seu trabalho. Além destas atividades, quando consideram seguro, os utentes são incentivados à entrada no mercado de trabalho, existindo utentes em empregos alheios à instituição, o que diminui a sua segregação e aumenta a sua autonomia. Isto vai de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), nomeadamente com o Artigo 17 que ilustra o direito das pessoas com Diversidade Funcional de integrar o mercado de trabalho.

Os utentes sentem-se bastante livres para expressar os seus gostos e aquilo que ambicionavam fazer no CACI.

“Adoro estar nas molas, não gostava nada de sair de lá!”

“Voltei a trabalhar! Está a correr muito bem!”

Também a reetiquetagem é realizada numa fábrica e não na instituição e, quando chamados para trabalhar, os utentes mostram-se animados e valorizados.

Durante o período de observação, acompanhamos dois espetáculos protagonizados pelos utentes. Estes espetáculos realizaram-se num jardim de infância e num lar de idosos da comunidade e adotaram a forma de narração dramatizada de histórias e de um teatro.

Ambos foram arquitetados e preparados pela terapeuta ocupacional e foram momentos enriquecedores no que toca ao desenvolvimento das competências de autonomia desde a sua preparação até ao momento das apresentações, como observado:

- Na escolha dos utentes que participaram nas atividades: os utentes foram convidados a participar, mas tinham a liberdade de decidir se queriam ou não participar e caso não estivessem confortáveis, poderiam sempre desistir;
- Nos ensaios: o tempo dos utentes foi sempre respeitado, bem como a estratégia adotada pelos mesmos para decorar as suas falas, gestos e músicas incluídas nos espetáculos. No entanto, existia exigência e compromisso;
- Na escolha de elementos no teatro. Os utentes eram questionados sobre a sua vontade de integrar o grupo e de participar na atividade, valorizando o carácter voluntário da autonomia. Também eram questionados sobre pequenos elementos das peças, como escolha de músicas, falas ou gestos que integrariam os espetáculos.

Estes momentos foram importantes, não apenas para o desenvolvimento da autonomia, mas, do mesmo modo, para o desenvolvimento da autoexpressão, autoestima e identidade, bem como a comunicação e consequentemente as habilidades sociais e a integração social com a desconstrução de estereótipos e o empoderamento dos utentes (Pereira, 2009; Serrano, 2018). Além disso, deu-se a realização de momentos terapêuticos, não apenas para quem realizou os espetáculos, mas também para quem assistiu.

Nos momentos de observação após as apresentações, foi possível perceber a felicidade que os utentes que participaram (existiu rotatividade nos utentes), na medida em que semanalmente há utentes que nos questionaram e à terapeuta ocupacional de quando irá existir outro momento semelhante, tendo estes sido assumidos como momentos de liberdade e de usufruto da sua autonomia. Gould e Carson (2008) defendem que a participação coletiva em experiências de expressão criativa auxilia no desenvolvimento de competências de vida como a comunicação, o trabalho em equipa e a capacidade de resolução de problemas. Além disso, a possibilidade de tomar decisões e de participar em contextos significativos é um dos fatores para o fomento da autonomia, tornando as experiências artísticas momentos privilegiados para o exercício da mesma (Wehmeyer, 2003).

Outros momentos importantes captados durante os meses de observação ocorreram na sala pedagógica, que dá lugar a um leque diversificado de atividades, como atividades fora da instituição como visitas a museus, monumentos ou passeios pela comunidade.

Foi no âmbito da sala pedagógica que se deu a atividade “caça ao tesouro” em que os utentes visitaram um parque da comunidade e realizaram uma caça ao tesouro adaptada com o uso de jogos e exercícios para a obtenção de pistas para, em última instância, encontrarem o tesouro. Todo o processo foi enriquecedor e estimulante para os jovens desde a escolha do tesouro até à obtenção do mesmo.

No que toca à escolha do tesouro, que foi material para usar nas atividades da sala pedagógica, os grupos escolheram os tesouros uns dos outros. A escolha do tesouro passou, primeiramente, por uma caminhada até ao local e contou com a participação de três jovens. Cada jovem possuía uma função escolhida por si desde pagar, pedir o contribuinte na fatura ou escolher o material. Para a escolha do material, foi dado cinco euros às jovens que tinham uma função dada pela monitora:

“Vocês têm cinco euros! Têm de conseguir comprar algo que nos faz falta na sala, utilizando esse dinheiro. Não podem exceder o valor e devem comprar o máximo de material possível com o que têm disponível!”

Este exercício foi extremamente interessante, na medida em que permitiu estimular o contacto social, com tarefas diárias como ir às compras, mas também aprender competências como a gestão financeira de forma leve e prática. Foi dado às jovens todo o tempo que necessitaram para tomar a sua escolha em grupo, com o auxílio das profissionais presentes. Este exercício possui relevância etnográfica, pois permitiu observar como os utentes lidam com situações da vida prática, fora da sua zona de conforto, assumindo responsabilidades por tarefas financeiras e sociais. Este exercício permitiu exercitar a tomada de decisões, a organização e o cálculo, competências que a OMS (2009) reconhece como essenciais para a vida independente. De igual modo, Rodrigues e Nogueira (2019) sublinham que a promoção da autonomia deve ocorrer em cenários concretos da vida quotidiana, favorecendo a participação social plena.

Já na caça ao tesouro, o grupo resolveu contas matemáticas, puzzles, adivinharam músicas pela melodia e quantos objetos estavam num saco, apenas observando, e fazendo a contagem no final. As atividades foram ótimas, na medida em que foi estimulada a participação, o trabalho em grupo e características como a paciência e a resolução de conflitos. Esta dinâmica confirma que a autonomia, tal como observada ao longo da investigação, é um processo que se fortalece quando os indivíduos têm oportunidade para a exercer em contextos diversificados e significativos. Mesmo quando colocados em situações de maior complexidade, fora da sua rotina habitual, os utentes são capazes de mobilizar o conhecimento que adquiriram em diferentes contextos e transformá-lo em práticas autônomas.

Ainda no contexto da sala pedagógica, foi possível acompanhar os utentes em diferentes saídas e visitas. Uma delas realizou-se a um museu na cidade do Porto. Este exercício foi importante para perceber as dinâmicas fora da instituição, um espaço de prática em contexto social real, longe do ambiente controlado e seguro do CACI.

A visita foi feita utilizando os transportes públicos, nomeadamente o autocarro. Todos os utentes, sem exceção, passaram o seu próprio passe e escolheram os seus lugares. Já na chegada ao museu, cada um comprou o seu próprio bilhete e escreveu o seu nome na “folha de presenças” da visita. Durante a visita, todos tiveram liberdade de participar onde queriam, tirar fotografias, fazer perguntas e experimentar diferentes coisas. No final, voltamos para a instituição da mesma forma, utilizando o autocarro e cada um passando o seu bilhete.

Este momento, tal como a dinâmica anterior é importante na investigação etnográfica, pois permitiu verificar como o estímulo da autonomia não se restringe apenas a pequenas escolhas do quotidiano dentro da instituição, mas estende-se ao uso de transportes públicos, à gestão de pequenas transações financeiras e à tomada de decisões em espaços diferentes, neste caso num espaço cultural.

Cada ação, desde passar o passe, comprar o bilhete ou decidir onde queriam participar, traduz-se em práticas de autodeterminação que reforçam a autoestima, confiança e o sentimento de pertença social.

Além disso, podemos observar como a autonomia está ligada ao exercício de cidadania e inclusão na sociedade. A interação com profissionais de outros serviços e a ocupação de espaços culturais proporciona aos utentes não apenas o treino das competências práticas, mas a apropriação do espaço público enquanto cidadãos de direito, o que consequentemente desconstrói estereótipos e afirma a sua presença na sociedade.

É relevante referir que os utentes também escolhem semanalmente a ementa da próxima semana, sendo-lhes lida a ementa um por um e dado tempo para escolherem o que preferem. Também têm noção de quando tomam a sua medicação e de quando têm consultas médicas ou eventos fora da instituição.

Foi mencionado pela diretora técnica, a existência de uma agenda “A minha Agenda”, em que os utentes conseguem apontar os eventos importantes para eles, tais como as suas consultas médicas, de forma a diminuir a ansiedade que esses momentos possam acarretar e desenvolver o sentido de poder quanto à sua vida e às suas coisas. Neste sentido, Lobato e Románach (2005) recordam que a autonomia está diretamente ligada à dignidade e ao reconhecimento social. O acesso à informação e às atividades do quotidiano é um fator que permite às pessoas viver com menos dependência e maior confiança.

Durante o mês de agosto, os utentes do CACI e do Lar Residencial não realizam as atividades usuais, existindo o programa “agosto Ativo”, com inúmeras atividades como cinema, saídas (a parques ou pela comunidade), atividades com água, “spa” (com cuidados para os pés, massagens, zona para penteados e para manicure) e espetáculos de música, marionetas, entre outros. A investigação etnográfica tornou-se particularmente rica durante este período, pois foi possível perceber de que forma os utentes se comportam fora da sua zona de conforto, do seu grupo e da sua rotina diária. A autonomia, como mencionado anteriormente, encontra-se nos pequenos momentos do dia a dia e, neste contexto, foi possível observar inúmeros exemplos. As atividades observadas ilustram o que Valduga (2018) denomina como reforço da confiança no papel da autonomia. Ao participarem em atividades diversificadas, os

utentes exercitam competências que lhes permitem ganhar segurança para tomar decisões em contextos distintos.

Durante os passeios pela comunidade, por exemplo, ao tomar o pequeno-almoço num café da comunidade, cada utente tinha a liberdade de escolher o que queria comer e o seu tempo foi sempre respeitado o que remete para Lobato e Romãnach (2005), que sublinham a importância de respeitar os ritmos individuais e de garantir que as pessoas com diversidade funcional sejam protagonistas das suas próprias escolhas, ainda que em situações simples do quotidiano.

Nos momentos de relaxamento no spa, os utentes escolhiam que equipamento queriam utilizar, que cor queriam nas suas unhas ou de que forma queriam o seu cabelo.

“X, o que gostavas de experimentar primeiro? Spa de pés, massagem?”

“O que gostaste mais hoje?”

A observação de momentos na cozinha, foi de igual modo bastante relevante na obtenção de dados referentes ao desenvolvimento da autonomia. A utilização da cozinha por parte dos utentes é feita durante todo o ano, mas durante o mês de agosto tornou-se possível a oportunidade de acompanhar mais atividades na mesma, com a inclusão de utentes do CACI ocupacional.

As receitas elaboradas na cozinha podiam ser escolhidas pelos utentes na sala pedagógica, com o recurso do computador, ou escolhidas pelas profissionais. A dinâmica dos utentes na cozinha tornou-se bastante relevante, pois é um espaço acarinhado pelos utentes, em que se sentem confortáveis para exercer a sua autonomia. Apesar de termos observado inúmeros momentos na cozinha, apenas iremos retratar um, que de certa forma resume todos os outros:

- Durante o mês de agosto, era selecionada uma receita por semana, garantindo que todos os grupos possuíam a oportunidade de a realizar. Numa das semanas em análise, foram escolhidas duas receitas: uma sandes e um bolo.

O processo de confeção revelou-se particularmente ilustrativo do estímulo da autonomia em contexto institucional. Para a sua elaboração, foram criadas duas linhas de produção, permitindo que cada utente, de acordo com as suas preferências e capacidades, escolhesse não apenas a receita em que gostaria de participar, mas também a função que desejava desempenhar no processo, desde descascar vegetais até à montagem da sandes ou à preparação dos ingredientes do bolo.

Esta dinâmica, apesar de simples, adquire grande relevância, uma vez que proporciona aos utentes a oportunidade de tomar decisões e assumir responsabilidades concretas, aspetos que constituem pilares fundamentais da autodeterminação. O facto de cada utente poder optar pelo seu papel na confeção promove a interiorização da ideia de que as suas escolhas têm valor e impacto real, reforçando a perceção de controlo sobre a sua própria vida.

Além disso, este tipo de atividade enquadra-se no desenvolvimento das chamadas competências de vida diária, identificadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2009) como elementos centrais para o desenvolvimento da autonomia funcional e para a participação social plena. Ao preparar uma refeição, são exercitadas as competências práticas como a organização de tarefas, a cooperação em equipa e a resolução de pequenos problemas, e desenvolvem, simultaneamente, habilidades socioemocionais como a autoconfiança, a comunicação e a capacidade de negociação.

O reconhecimento das escolhas individuais no seio do grupo reforça também o sentimento de pertença e valorização pessoal, o que se encontra diretamente ligado ao aumento da autoestima e ao fortalecimento da identidade dos jovens com diversidade funcional. Deste modo, atividades do quotidiano como cozinhar deixam de ser vistas como meramente ocupacionais para assumirem um papel central no empoderamento dos utentes e no desenvolvimento de competências transferíveis para outros contextos de vida.

É importante mencionar que a autonomia, o seu desenvolvimento e o seu estímulo contínuo estão relacionados com fatores como uma maior tomada de decisão e iniciativa em momentos futuros, traduzindo-se numa maior sensação de independência e autoestima, e num autoconceito positivo. Os utentes que demonstraram um maior nível de autonomia, demonstraram, de igual modo, outros aspetos relevantes como a felicidade ao tomar responsabilidade, uma maior vontade de participar em atividades como tarefas domésticas (no lar) e na preparação das tarefas do CACI e uma maior iniciativa de entreaajuda e um maior nível de confiança nas suas ações. A autonomia e a autodeterminação estão relacionadas com decisões maioritárias na vida dos indivíduos, mas, e tratando-se de um leque variado e diversificado de indivíduos com necessidades distintas e condicionados por inúmeras aspetos à sua aquisição de autonomia, (seja por não lhes ser possível devido às suas características, pelas condicionantes existentes na sociedade ou por momentos pontuais por parte dos profissionais, devido ao tempo levado pelos utentes para realizar as atividades, ou pela família

numa ótica de proteção), é crucial perspetivar a autonomia numa ótica micro, cíclica e com capacidade de desenvolvimento.

A realização da investigação etnográfica permitiu compreender de que forma a autonomia é vivida e reconhecida tanto pelos utentes, como pelos profissionais do CACI. Após o período de observação assumimos a autonomia como um eixo estruturante do quotidiano institucional pelas duas partes.

A tomada de decisões, o poder de sugerir, organizar ou escolher atividades tornou-se desde cedo visível como sendo apreciada e tida em conta pelos utentes. Estes momentos, de aparente simplicidade, revelaram-se centrais na construção de uma identidade positiva, com reforço na autoestima, confiança e sentimento de pertença, não apenas nos grupos em que se encontram inseridos, mas na instituição como um todo.

Os profissionais, nomeadamente assistentes sociais, auxiliares, monitores e as restantes profissionais da equipa técnica, assumem um papel determinante neste processo, equilibrando a exigência com a valorização da iniciativa e do esforço de cada utente. Através de estratégias como a colocação de perguntas abertas (“Quem quer separar?”, “Preferes embalar ou fazer guardanapos?”), a motivação e o elogio, os jovens são incentivados a refletir sobre as suas preferências e a assumir responsabilidade nas diferentes atividades em que participam, o que fomenta uma disciplina consciente e um compromisso ativo com as tarefas e com o seu papel nelas. Verifica-se, assim, que a autonomia é trabalhada não de forma pontual, mas como prática transversal ao dia a dia da instituição, seja na realização das atividades ou em momentos de pausa.

As atividades observadas, desde o trabalho com talheres ou molas, na sala pedagógica, passando pela cozinha, pelos espetáculos preparados em grupo e pelo programa “Agosto Ativo”, demonstraram que a autonomia se expressa em contextos diversos, sejam estes laborais, recreativos ou terapêuticos. Em todos eles, os utentes demonstraram motivação e felicidade quando lhes era dada a oportunidade de escolher, experimentar e aprender, mesmo quando implicava esforço, responsabilidade acrescida ou exposição perante a comunidade. Essa liberdade de decisão, mesmo em situações de pequena escala, possui impacto significativo na construção do autoconceito e no fortalecimento da autoestima.

Importa, porém, sublinhar que este processo não está isento de desafios. O ritmo institucional e os condicionalismos da sociedade continuam a ser barreiras que restringem, em alguns momentos, a promoção plena da autonomia. Ainda assim, as observações evidenciam que estas barreiras podem ser atenuadas quando existe uma prática consciente, consistente e centrada no

respeito pela individualidade de cada utente, tal como no CACI em que a investigação teve lugar.

Conclui-se, portanto, que a autonomia deve ser entendida como um processo dinâmico, gradual e cíclico, que se constrói no quotidiano através de escolhas, responsabilidades e oportunidades reais de participação, numa escala micro. Mais do que um conceito abstrato, trata-se de uma competência vital que potencia não só a independência funcional, mas também o desenvolvimento social, emocional e identitário das pessoas com diversidade funcional. Estimular a autonomia significa, investir em cidadãos mais confiantes, integrados e capazes de exercer plenamente os seus direitos, com uma melhor qualidade de vida.

Relação entre o resultado das entrevistas e da investigação etnográfica

Os resultados obtidos através da análise das entrevistas realizadas às assistentes sociais e da análise da investigação etnográfica desenvolvida no CACI revelam uma forte complementaridade.

As entrevistas, por um lado, permitiram compreender as intenções e planos das profissionais no âmbito da autonomia na diversidade funcional e, por outro lado, a observação etnográfica possibilitou a perceção de como esses conceitos se materializam no quotidiano da instituição, no formato de práticas concretas e dinâmicas vividas pelos utentes.

Esta articulação entre os resultados é importante, porque permite um confronto e comparação entre o discurso profissional com a realidade observada, valorizando a possível coerência (ou contraste) entre os diferentes níveis.

Podemos comparar isso em diferentes âmbitos, tais como:

A perceção da diversidade funcional e da autonomia:

Nas entrevistas, as profissionais revelaram conceber o conceito de “diversidade funcional” como uma expressão com conotação menos pejorativa que “deficiência”, remetendo o termo para a existência de diferentes e inúmeros modos de funcionamento, bem como para a valorização da diferença.

No que diz respeito ao conceito de autonomia, este foi caracterizado nas entrevistas como a possibilidade de tomar decisões quotidianas, salientando a importância da supervisão de forma a proteger as pessoas de qualquer risco ou perigo que possa existir durante o processo, bem como forma de auxílio, caso necessário.

A observação etnográfica confirmou as respostas, demonstrando que a autonomia se expressa em múltiplas escolhas diárias como decidir a ementa ou escolher que tarefas ou funções querem desempenhar. Todavia, também se expressa através de ações mais complexas, devido à existência deste trabalho em escala micro, como a utilização de transportes públicos ou a gestão de pequenas transações monetárias. Deste modo, a autonomia foi percebida como um processo dinâmico, progressivo e constantemente negociado entre liberdade e proteção.

A autonomia na prática do quotidiano:

Durante as entrevistas, foi possível compreender que as profissionais consideram que a autonomia deve ser estimulada através de pequenos passos e escolhas progressivas, algo que foi amplamente observado no CACI. Momentos como a preparação de talheres, a confeção de receitas na cozinha ou a participação em espetáculos dramatizados mostraram que os utentes têm oportunidades reais de decidir, de organizar e de assumir papéis novos e diferentes. A valorização destas decisões, aliada à exigência de responsabilidade e compromisso desenvolvidos durante as diferentes atividades, corresponde ao equilíbrio apontado nas entrevistas entre autonomia e responsabilidade.

Do mesmo modo, a dicotomia referida pelas profissionais entre estimular a autonomia e proteger os utentes traduziu-se, no cenário empírico, nas atividades fora da instituição. Na visita ao museu, mencionada anteriormente, os utentes foram incentivados a comprar bilhetes e a validar o seu passe, contando sempre com acompanhamento próximo, demonstrando que a supervisão não anula a prática da autonomia, mas funciona antes como suporte para experiências seguras e significativas.

Desafios no desenvolvimento da autonomia:

Foram destacadas nas entrevistas dois grandes desafios, sendo eles a necessidade de alinhamento e comunicação entre a equipa e a necessidade de estimular a resiliência dos utentes face à possibilidade de errar.

Estes dois aspetos também emergiram da observação etnográfica. O primeiro tornou-se evidente na forma como as atividades eram estruturadas coletivamente, exigindo uma coordenação entre auxiliares, monitores e técnicos para que a autonomia fosse, de facto, estimulada. O segundo surgiu em dinâmicas como a caça ao tesouro, em que os jovens enfrentaram dificuldades e cometeram erros, mas estes foram valorizados como parte integrante do processo de aprendizagem, em consonância com a perspetiva das profissionais de que “errar faz parte”, fortalecendo a confiança, o pensamento estratégico e o trabalho de grupo.

O papel do Serviço Social e da equipa técnica

O papel do Serviço Social foi destacado nas entrevistas como indireto e organizacional, focado no planeamento, na mediação e no trabalho em rede. Esta visão foi confirmada etnograficamente, pois apesar do quotidiano dos utentes ser acompanhado sobretudo por monitores e auxiliares, as práticas observadas revelavam uma estrutura intencional, pensada e alinhada pela equipa técnica, incluindo pelas assistentes sociais. Assim, verificou-se que o impacto do Serviço Social se expressa não tanto na presença diária, mas na criação das condições necessárias para que a autonomia seja trabalhada de forma sistemática e transversal, de forma a contribuir para a qualidade de vida dos utentes.

O trabalho em equipa, ou trabalho em rede apontado como essencial pelas profissionais entrevistadas, também foi notório no terreno. A conjugação de diferentes saberes (psicologia, terapia ocupacional, serviço social) mostrou-se fundamental para que a autonomia fosse estimulada em múltiplas dimensões: funcional, social, emocional e cultural.

Importância da formação na qualidade da prática

A importância atribuída pelas profissionais à formação, tanto a sua formação de base como contínua, encontra-se espelhada nas práticas observadas no CACI. A intencionalidade e consistência com que a autonomia era trabalhada sugerem que a formação contribuiu para uma intervenção consciente e reflexiva, aliada ao saber prático que é crucial para o trabalho com os utentes. Além disso, o contacto com instituições de ensino reforça a ligação entre teoria e prática, aspeto fundamental para que a autonomia deixe de ser um conceito abstrato e se torne uma realidade experienciada pelos utentes.

Em suma, a articulação entre os resultados das entrevistas e da investigação etnográfica permitiram afirmar que existe uma clara coerência entre o discurso profissional e as práticas quotidianas no CACI.

As entrevistas revelaram os princípios orientadores, enquanto a etnografia mostra a sua concretização em situações reais do quotidiano institucional. Esta convergência fortalece a validade dos resultados, demonstrando que a autonomia é, de facto, um eixo estruturante do quotidiano institucional, trabalhada através de escolhas progressivas, de responsabilidades concretas e de experiências diversificadas.

Mais do que confirmar as intenções declaradas pelas profissionais, a observação etnográfica mostra que a autonomia é efetivamente vivida e valorizada pelos utentes, traduzindo-se numa maior autoestima, confiança, pertença social e exercício de cidadania. Deste modo, a combinação dos dois métodos reforça a relevância desta investigação e evidencia que estimular a autonomia na diversidade funcional não é apenas uma prática desejável, mas uma condição essencial para o reconhecimento da dignidade de cada pessoa e para o aumento da sua qualidade de vida.

Considerações finais:

A presente investigação possui como propósito central a compreensão de como o conceito de autonomia é conceptualizado, trabalhado e experienciado em jovens com diversidade funcional, na transição para a vida adulta e nomeadamente, qual o impacto do trabalho das/dos Assistentes Sociais no mesmo. A autonomia, nesse enquadramento, emerge como dimensão intrínseca à dignidade humana, devendo ser estimulada não como privilégio, mas como direito.

Ao longo do percurso de análise, procurou-se não apenas descrever práticas e perspetivas, mas também refletir criticamente sobre os significados atribuídos à autonomia, aos desafios emergentes da sua promoção e o que as dinâmicas acarretam para o Serviço Social e para as instituições sociais em geral.

As entrevistas semiestruturadas serviram para compreender a forma como a autonomia é percecionada e trabalhada por parte dos profissionais do Serviço Social. Por outro lado, a investigação etnográfica surgiu do pressuposto de que apenas conseguimos captar o real impacto do Serviço Social quando conseguimos compreender a perspetiva do público-alvo sobre as práticas implementadas. Neste caso, e tratando-se de jovens com diversidade funcional, que apresentam processos de raciocínio e formas de comunicação diversificadas, concluímos que a entrevista semiestruturada não seria o método adequado para captar a sua perspetiva. A observação proveniente da investigação etnográfica, permitiu captar a complexidade do quotidiano institucional e aceder a significados que dificilmente seriam apreendidos por metodologias qualitativas. Também possibilitou uma aproximação ao ponto de vista dos jovens e também dos profissionais, permitindo observar como a autonomia é vivenciada no dia a dia, nas pequenas escolhas, na repetição de gestos e até nas tensões criadas. A investigação etnográfica, como mencionado anteriormente, permitiu compreender a perspetiva da restante equipa técnica e dos profissionais como monitores e auxiliares, visto que as únicas profissionais entrevistadas foram as assistentes sociais.

Da análise das entrevistas com as profissionais, emergiu uma visão consistente sobre a autonomia como sendo um processo micro, cíclico e em permanente construção, dependente do equilíbrio entre a liberdade de escolha e a salvaguarda dos riscos e perigos associados. As profissionais reconhecem a importância de conceder espaço à decisão dos jovens, mas também a dificuldade de conciliar esse estímulo com a responsabilidade de proteger os indivíduos,

considerados vulneráveis. Esta tensão, entre capacitar e proteger, constitui uma das marcas centrais do trabalho na área da diversidade funcional.

A observação etnográfica permitiu verificar que, no quotidiano do CACI, a autonomia é promovida de forma transversal. Em atividades aparentemente simples, como embalar talheres, participar em jogos pedagógicos ou integrar espetáculos teatrais, os jovens demonstraram capacidade de escolha, iniciativa e responsabilidade. Estas práticas, muitas vezes invisíveis ou desvalorizadas, revelaram-se fundamentais para o desenvolvimento da autoestima, da autoconfiança, da identidade e das competências sociais dos utentes, características relacionadas com o desenvolvimento da sua autonomia.

Importa salientar que, para além de momentos de lazer ou de aprendizagem, a autonomia foi também trabalhada em situações de maior responsabilidade, como a entrada em contextos laborais externos.

Um dos contributos mais significativos desta investigação foi evidenciar como a autonomia não se expressa apenas em grandes decisões, mas sobretudo em pequenos atos do quotidiano. Decidir que tarefa realizar, escolher a refeição semanal, ter conhecimento de quando existe uma consulta médica, em que horário tomar a medicação ou optar pela participação num espetáculo são exemplos de como a autonomia se constrói em ciclos de treino, estímulo e responsabilização. Ao reconhecer o valor destas escolhas, amplia-se a compreensão do conceito, que deixa de estar associado apenas à independência plena e passa a ser entendido como processo relacional e contextualizado.

No plano institucional, verificou-se que os profissionais assumem um papel determinante, não apenas no estímulo direto da autonomia, mas também na criação de contextos favoráveis à sua vivência, fundamentais para um desenvolvimento duradouro de competências como a autonomia. Estratégias como colocar questões abertas, incentivar a reflexão, valorizar o esforço e reconhecer os erros como parte do processo revelam-se centrais na promoção de uma autonomia sustentada.

Ainda assim, persistem barreiras relevantes: limitações de tempo, falta de recursos, condicionamentos e estereótipos sociais que continuam a restringir a participação plena das pessoas com diversidade funcional.

O Serviço Social, enquanto área profissional e científica, possui um contributo insubstituível. Ao articular saberes técnicos, éticos e políticos, as/os assistentes sociais desempenham um papel central na mediação entre as necessidades e desejos dos utentes, as práticas institucionais e as políticas públicas. A valorização da autonomia, neste sentido, deve

ser entendida não apenas como meta individual, mas como elemento estruturante de cidadania e inclusão social.

Concluímos, deste modo, que a promoção da autonomia exige uma abordagem multidimensional:

- No plano individual, pois implica reconhecer as capacidades e potencialidades de cada jovem, proporcionando-lhe oportunidades reais de escolha e de participação.
- No plano institucional, com a necessidade de práticas consistentes de estímulo, com uma cultura organizacional aberta à inovação e profissionais sensibilizados e capacitados para este trabalho.
- No plano social e político, requer políticas públicas que ultrapassem a lógica assistencialista e reforcem os direitos, a inclusão e a participação plena das pessoas com diversidade funcional.

A autonomia não deve ser entendida como um estado final a atingir, mas como um processo contínuo, relacional e sujeito a avanços e recuos. Estimular este conceito significa investir na construção de cidadãos mais confiantes das suas capacidades, integrados e capazes de exercer os seus direitos, o que possui direto na sua qualidade de vida.

Apesar da investigação se tratar da fase da vida que diz respeito à transição para a vida adulta, neste estudo de caso em específico, concluímos que a autonomia não é trabalhada de forma mais acérrima na faixa etária selecionada, mas sim na totalidade dos utentes independentemente da sua faixa etária, mas com um maior foco na sua vontade e capacidade. Além de percecionada como um processo cíclico e com necessidade constante de estímulo, também se trata de um trabalho de grupo em que os indivíduos apoiam e tentam assegurar a autonomia dos seus colegas, tal como é feito com eles por parte dos profissionais.

A autonomia é trabalhada de acordo com a individualidade de cada pessoa, focando-se nas suas capacidades e limitações, gostos, desejos e outras características próprias e não tanto voltado para a faixa etária em que estão. Foi também possível perceber que, mesmo nos indivíduos com mais idade, a autonomia continua a ser estimulada de forma a ser interiorizada, treinada e posta em prática.

É importante mencionar que a presente investigação alerta para a necessidade de novos estudos neste âmbito, abrindo novas possibilidades de reflexão e de intervenção. Estudos futuros poderão aprofundar a perspetiva dos jovens de forma mais sistemática, explorar comparativamente diferentes contextos institucionais ou analisar o impacto das políticas

públicas na promoção da autonomia. O caminho para a inclusão efetiva das pessoas com diversidade funcional é ainda longo, mas a valorização da autonomia constitui, sem dúvida, um passo decisivo na sua concretização.

Importa evidenciar as limitações verificadas no decorrer da investigação. Um dos principais obstáculos refere-se à dificuldade em encontrar instituições dispostas a trabalhar na investigação. O número limitado de entrevistas efetuadas impede que este estudo possa ser representativo do que acontece nos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão. Podemos também mencionar como limitação a quantidade reduzida de trabalho científico já realizado na área, de forma a enriquecer e facilitar a investigação. Deste modo, esta investigação demonstra a necessidade de desenvolvimento de estudos com um número mais amplo de instituições, de modo que seja possível extrapolar os resultados a uma população mais abrangente e a efetuar-se um estudo comparativo entre diferentes CACIs.

Também demonstra a necessidade de desenvolvimento de um estudo no seio de uma instituição com a faixa etária compreendida na fase da transição para a vida adulta, de forma a apenas ser observado o desenvolvimento da autonomia nessa fase.

De modo a concluir o presente trabalho, consideramos que os objetivos da investigação foram cumpridos, visto que nos propusemos a descobrir qual é o impacto dos Assistentes Sociais no desenvolvimento da autonomia em jovens com diversidade funcional. Conseguimos perceber que o Serviço Social, apesar de caracterizado como sendo um trabalho indireto e de retaguarda, possui impacto real no desenvolvimento da autonomia.

Bibliografia:

- American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD). (2011). *Defining intellectual disability*. AAIDD;
- Andrade, C. (2010). Transição para a idade adulta: Das condições sociais às implicações psicológicas. *Análise Psicológica*, 28(2), 255–267;
- Andrade, C. (2016). A construção da identidade, auto-conceito e autonomia em adultos emergentes universitários. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(1), 137–146. <https://doi.org/10.1590/2175-35392020201137>;
- Andrade, D. S., Oliveira, E. D., Oliveira, J. L., Barbosa, M. O., & Barbosa, S. O. (2023). O papel do assistente social na luta dos direitos de pessoas com deficiência (PCD). *Revista FT*, 27(123), 1–10;
- Araújo, P., Oliveira, L., Fernandes, R., Martins, E., & Mendes, F. (2020). Institutionalization and autonomy in adolescents and youth. *The European Proceedings of Social & Behavioural Sciences*, 113, 279–288;
- Arnett, J. J. (2000). Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55(5), 469–480. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.5.469>;
- Arnett, J. J. (2010). *Adolescence and emerging adulthood: A cultural approach* (4th ed.). Pearson;
- Arnett, J. J. (2014). *Emerging adulthood: The winding road from the late teens through the twenties* (2nd ed.). Oxford University Press;
- Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS). (2018). *Código deontológico dos assistentes sociais*. APSS;
- Banks, S. (2016). *Ethics in professional life: Virtues for health and social care*. Springer;
- Barton, L. (2009). *Disability, politics and the struggle for change*. Routledge;
- Boschetto, S. (2019). *Autonomia e juventude: Caminhos para a vida adulta*. Edições Loyola;
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>;
- Canguilhem, G. (1978). *O normal e o patológico*. Forense Universitária;
- Carmo, R. M. do (Coord.). (2011). *Desigualdades em Portugal: Problemas e propostas*. Edições 70;

Carvalho, M. I., Albuquerque, C., & Borrego, P. (2025). *Social work and human rights: Uncrossed paths between exposure, engagement, lens, and methods in professional practice*. *Social Sciences*, 14. <https://doi.org/10.3390/socsci14010014>;

Clapton, J., & Fitzgerald, J. (2002). The history of disability: A history of ‘otherness’. *New Renaissance Magazine*, 10(1), 12–18;

Comissão Europeia. (2021). *Estratégia para os direitos das pessoas com deficiência 2021-2030*. Comissão Europeia. <https://commission.europa.eu>;

Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2018). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (4th ed.). Sage;

Dessen, M. A., & Polonia, A. C. (2001). A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas e Comportamentais*, 3(2), 123–134;

Diniz, D. (2007). *O que é deficiência*. Brasiliense;

Diniz, D., Barbosa, L., & Santos, W. (2009). Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, 6(11), 64–77;

Diário da República. (2009). Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro. Cria o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI). *Diário da República*, 1.ª série(197);

Diário da República. (2013). Portaria n.º 38/2013, de 30 de janeiro. Estabelece as condições de instalação e funcionamento do serviço de apoio domiciliário. *Diário da República*, 1.ª série(19);

Diário da República. (2015). Portaria n.º 60/2015, de 2 de março. Estabelece as condições de organização e funcionamento do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD). *Diário da República*, 1.ª série(42);

Diário da República. (2017). Decreto-Lei n.º 129/2017, de 9 de outubro. Estabelece o regime jurídico dos Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI). *Diário da República*, 1.ª série(199);

Diário da República. (2022). Portaria n.º 77/2022, de 3 de fevereiro. Estabelece as condições de instalação, organização e funcionamento da resposta social Residência de Autonomização e Inclusão (RAI). *Diário da República*, 1.ª série(24);

Dominelli, L. (2002). *Anti-oppressive social work: Theory and practice*. Palgrave Macmillan.

Estarreja, C. (2018). Barreiras arquitetónicas. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Federação Internacional de Assistentes Sociais (FIAS) & Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (AIESS). (2014). *Declaração global sobre princípios éticos do Serviço Social*. FIAS;

Ferreira, P. (2023). *Sexualidade e inclusão* (Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Serviço Social do Porto). Repositório Comum RCAAP. <http://hdl.handle.net/10400.26/48432>

Flick, U. (2022). *An introduction to qualitative research* (7th ed.). Sage Publications Ltd

Fontes, F. (2016). *Pessoas com deficiência em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Fontes, F., Martins, B. S., Lopes, M., Moura, A., Pinto, P. C., Alves, J., & Portugal, S. (2023). Deficiência e vida independente em Portugal: A experiência do projeto-piloto de Lisboa. In *A deficiência em Portugal: Lugares, corpos e lutas* (pp. 20–54). Imprensa da Universidade de Coimbra;

Giddens, A. (2002). *Sociologia* (4ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian;

Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5ª ed.). Atlas;

Gomes, R., & Guadalupe, S. (2020). Promoção da saúde e intervenção social com crianças e jovens com VIH: Programa lúdico-educativo com pares e cuidadores. *Trabajo Social Global – Global Social Work*, 10(19), 257–280.

Gomes, R. (2020). *Serviço social, deficiência e direitos humanos*. Edições Almedina;

Gould, D., & Carson, S. (2008). Life skills development through sport: Current status and future directions. *International Review of Sport and Exercise Psychology*, 1(1), 58–78. <https://doi.org/10.1080/17509840701834573>;

Granja, B., & Sousa, N. (2022). O trabalho em rede, uma estratégia para enfrentar os desafios da pandemia COVID-19: A intervenção das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Portugal. *Revista Intervenção Social*, 60(2), 45–62;

Hammersley, M., & Atkinson, P. (2019). *Ethnography: Principles in practice* (4th ed.). Routledge;

Iamamoto, M. V. (2001). *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (5.ª ed.). São Paulo: Cortez;

Iamamoto, M. V. (2015). *Serviço social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez;

Instituto Nacional para a Reabilitação (INR). (2021). *Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD)*. INR. <https://www.inr.pt>;

Madison, D. S. (2020). *Critical ethnography: Method, ethics, and performance* (3rd ed.). Sage.

Matela, T., & Casquilho-Martins, I. (2021). A intervenção de equipas multidisciplinares para a integração e proteção social de crianças e jovens imigrantes socialmente vulneráveis. *Intervenção Social*, 57/58, 81–92. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/26667>;

Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. (2021). *Carta Social 2021*. MSSS.

Multirio. (2020). *Pessoas com deficiência: A importância da terminologia*. Multirio – Empresa Municipal de Multimeios;

Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH). (2023). *Pessoas com deficiência em Portugal – Indicadores de direitos humanos*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa. <https://pessoas2030.gov.pt>;

Oliver, M. (1990). *The politics of disablement*. Macmillan;

Organização das Nações Unidas (ONU). (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. ONU. <https://www.un.org/disabilities>;

Organização Mundial da Saúde (OMS). (2009). *Skills for health: Skills-based health education including life skills*. OMS;

Orb, A., Eisenhauer, L., & Wynaden, D. (2021). Ethics in qualitative research. *Journal of Nursing Scholarship*, 53(1), 69–77. <https://doi.org/10.1111/jnu.12615>;

Palacios, A., & Románach, J. (2006). *El modelo de la diversidad: La bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional*. Ediciones Diversitas-AIES;

Pereira, R. (2009). Diversidade funcional: A diferença e o histórico modelo de homem-padrão. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 16(4), 995–1013. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000400007>;

Pinto, P. C. (2012). Modelos de abordagem à deficiência: Que implicações para as políticas públicas? *Ciências e Políticas Públicas*, 1(1), 173–192;

Resnik, D. B. (2020). *The ethics of research with human subjects: Protecting people, advancing science, promoting trust*. Springer;

Rodrigues, J., & Nogueira, C. (2019). Políticas de inclusão e autonomia das pessoas com deficiência em Portugal: Avanços e desafios. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 91, 63–82. <https://doi.org/10.7458/SPP20199112857>;

Románach, J., & Lobato, M. (2005). Diversidad funcional, nuevo término para la lucha por la dignidad en la diversidad del ser humano. *Vida Independiente*;

Silva, J. M. A. (2003). Estigma, preconceito e escolarização da pessoa com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 9(2), 133–146;

- Silva, M. (2022). *Autonomia e inclusão: Desafios na vida adulta emergente*. Editora Universitária;
- Teixeira, A. C. (2019). Intervenção do serviço social com pessoas com deficiência: Entre direitos e desafios. *Revista Intervenção Social*, 57(2), 45–60;
- Telford, C. W., & Sawrey, J. M. (1977). *The exceptional individual*. Prentice-Hall;
- UNESCO. (2015). *Education for people with disabilities: Global challenges and policy responses*. UNESCO;
- Valduga, T. (2018). *Da emancipação à cidadania social: Serviço social e assistência social: Uma análise Portugal/Brasil* (Tese de doutoramento, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa). Repositório ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/18284>;
- Vicente, A., & Lopes, R. (2021). Autonomia e deficiência: Perspectivas e práticas em Portugal. *Revista de Estudos Sociais*, 27(1), 89–105;
- Wehmeyer, M. L. (2003). Self-determination: A life-span perspective. *Assessment for Effective Intervention*, 28(1), 49–60. <https://doi.org/10.1177/073724770302800107>;
- Wehmeyer, M. L., & Bolding, N. (2001). Self-determination across living and working environments: A matched-samples study of adults with mental retardation. *Mental Retardation*, 39(5), 304–315. [https://doi.org/10.1352/0047-6765\(2001\)039](https://doi.org/10.1352/0047-6765(2001)039) ;
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (5.^a ed.). Porto Alegre: Bookman.

Anexos:

Anexo 1- Guião de entrevista semiestruturada

Guião de Entrevista Semiestruturada

- Assistentes Sociais

Tema: Práticas e trabalho desenvolvido nas instituições relativamente ao desenvolvimento da autonomia em jovens com Diversidade Funcional.

Objetivo geral: compreender de que forma a autonomia é trabalhada pelos assistentes sociais na transição da adolescência para a vida adulta em jovens com Diversidade Funcional.

Assunto:	Tópicos/Questões:	Objetivos:	Observações entrevistadora:
Caracterização das profissionais da Instituição:	1- Há quanto tempo trabalha na área da diversidade funcional ? 2- Há quanto tempo trabalha nesta instituição?	Recolher informações sociodemográficas e profissionais das participantes, permitindo contextualizar as respostas e compreender melhor o enquadramento da prática profissional.	
Legitimação da entrevista	1- Apresentação do propósito e delimitação da entrevista 2- Obtenção do consentimento informado 3- Autorização de gravação	Informar os entrevistados sobre os objetivos da investigação e sobre os aspetos éticos e deontológicos a ter em conta na realização da entrevista (pedido de autorização para gravar; garantia da confidencialidade dos dados; direitos à não resposta; esclarecimento de dúvidas) e agradecer a	

		disponibilidade.	
Determinação dos conhecimentos das profissionais da instituição:	1- O que entende por “Diversidade Funcional”? 2- Na sua opinião, que relação existe entre a autonomia e a diversidade funcional? 3- Como considera que é trabalhada a autonomia nas instituições para pessoas com Diversidade Funcional? 4- Como é que o conceito de autonomia é entendido na sua instituição? 5- Existe um esforço claro para promover a autonomia nos jovens?	Avaliar o nível de conhecimento e compreensão das profissionais sobre o conceito de diversidade funcional e a sua relação com o desenvolvimento da autonomia nas instituições.	(Caso a pessoa não saiba, fornecer uma definição clara)
Conhecer a opinião das profissionais da instituição:	1- Como avalia o desenvolvimento da autonomia nos jovens da sua instituição? 2- Na sua opinião, como é que os jovens com diversidade funcional expressam ou podem expressar a sua autonomia? 3- Quais são as formas de promover essa expressão de forma saudável e respeitadora? 4- Quais são os principais desafios que enfrenta ao trabalhar a autonomia desses jovens? 5- Que papel a instituição, e enquanto profissional, desempenha na promoção da autonomia?	Explorar as percepções e interpretações pessoais das profissionais relativamente ao desenvolvimento da autonomia em jovens com diversidade funcional e os desafios associados.	
Conhecer as práticas desenvolvidas na instituição para promover a autonomia:	1- Considera que a sua equipa desenvolve práticas promotoras de autonomia nos jovens? a. Se sim, como são implementadas essas práticas?	Identificar práticas e abordagens concretas utilizadas na instituição para promover a autonomia dos jovens com diversidade funcional, tanto no	

	b. De que forma a instituição atua na garantia dos jovens poderem tomar decisões de forma independente no seu dia a dia? E em questões mais complexas da sua vida? c. Quais são as principais atividades ou abordagens utilizadas para incentivar à autonomia e à capacidade de tomada de decisões? d. Como é assegurada pela instituição que o direito à autonomia nos jovens seja respeitado?	quotidiano como em decisões mais complexas.	
Identificar as dificuldades sentidas pelas profissionais	Quais os maiores desafios que encontra ao trabalhar o conceito da autonomia em jovens com Diversidade Funcional?	Compreender os principais obstáculos enfrentados pelas assistentes sociais no trabalho com a autonomia de jovens com diversidade funcional	
Perceber a importância atribuída pelas assistentes sociais à formação sobre a promoção da autonomia:	1-A sua formação de base contemplou a aquisição de competências para trabalhar a promoção da autonomia de pessoas com diversidade funcional? 2- Na sua opinião, qual é a importância da formação contínua para os profissionais da instituição, no sentido de melhorar o apoio à autonomia dos jovens com diversidade funcional?	Analisar a valorização atribuída à formação inicial e contínua no desenvolvimento de competências para a promoção da autonomia de jovens com diversidade funcional.	
Conclusão, reflexão sobre a entrevista e agradecimentos	1- Gostaria de acrescentar mais alguma coisa que lhe pareça relevante em relação ao que já foi dito? 2- Agradecimento	Captar o sentido que o entrevistado dá ao estudo que estamos a realizar e à própria entrevista.	

		Verificar se o/a entrevistado/a pretende acrescentar alguma informação, esclarecer alguma dúvida ou fazer comentários Agradecer a disponibilidade e colaboração neste estudo. Disponibilizar o acesso futuro aos resultados do estudo.	
--	--	---	--

Anexo II- Consentimento Informado

Consentimento Informado, Livre e Esclarecido

Designação do projeto de investigação:

Transição para a Vida Adulta: O Impacto das/dos Assistentes Sociais no Desenvolvimento de Autonomia em Jovens com Diversidade Funcional

Investigadora Responsável:

Patrícia Alexandra Rodrigues Silva, declaro que expliquei ao/à participante, de forma adequada e compreensível, o projeto de investigação referido, incluindo os benefícios previstos, possíveis riscos/incómodos, custos ou compensações em resultado da participação neste projeto. Declaro ainda que foi entregue ao/à participante, documento escrito com Informação ao Participante sobre este projeto e cópia do consentimento informado assinado.

_____ Data: ____/____/____

(assinatura do/a investigador/a)

Participante:

Participante: _____ (nome completo)

Declaro que:

- Compreendi a explicação que me foi fornecida pelo/a investigador/a que assina este documento, sobre este estudo, nomeadamente os objetivos, métodos, benefícios previstos, possíveis riscos/incómodos, custos ou compensações em resultado da minha participação.
 - Recebi o documento escrito com a Informação ao/à Participante relativo ao estudo.
 - Tive oportunidade de solicitar todas as informações de que necessitei, tendo obtido resposta satisfatória.
 - Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, poder recusar ou abandonar este estudo, bem como pedir a imediata eliminação de todos os meus dados recolhidos, sem qualquer tipo de consequências ou prejuízo na assistência que me é prestada.
 - Declaro não estar a participar em nenhum outro projeto de investigação neste momento.
- Desta forma, aceito participar neste estudo, de acordo com os esclarecimentos que me foram prestados, como consta neste documento.

_____ Data: ____/____/____
(assinatura do participante)

Anexo III- Informação ao Participante

INFORMAÇÃO AO PARTICIPANTE

IDENTIFICAÇÃO DA INVESTIGADORA

Se tiver qualquer questão ou apreensão com este estudo, poderá contactar:

Patrícia Alexandra Rodrigues Silva, investigadora responsável, estudante do Mestrado em Serviço Social do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, através do email 230124001@isssp.pt.

Prof. Doutora Cristina Carvalho, orientadora da tese de mestrado e professora no Instituto Superior de Serviço Social do Porto, através do email cristina.carvalho@isssp.pt.

PROJETO

Transição para a Vida Adulta: O Impacto das/dos Assistentes Sociais no Desenvolvimento de Autonomia em Jovens com Diversidade Funcional

OBJETIVO DO ESTUDO

O presente estudo tem como objetivo analisar o papel desempenhado pelas/os assistentes sociais na promoção e desenvolvimento da autonomia de jovens com diversidade funcional

durante a transição da adolescência para a vida adulta. Procura compreender de que forma as intervenções realizadas pelos profissionais contribuem para capacitar estes jovens, reforçando a sua independência e facilitando a sua integração “plena” na sociedade.

METODOLOGIA

O estudo em questão adota uma metodologia qualitativa, de forma a captar a diversidade de perspetivas, já que lida com experiências e pontos de vista pessoais. A técnica escolhida é a entrevista semiestruturada.

Também será realizado trabalho de observação, no formato de investigação etnográfica, com ênfase na pesquisa interpretativa, o que permite analisar os significados atribuídos pelas pessoas às suas experiências e ações, como complemento às entrevistas, de forma a ser possível aferir a perspetiva dos jovens e dos restantes profissionais da equipa técnica. As entrevistas serão gravadas em formato de áudio para serem posteriormente transcritos, com consentimento informado assinado antes das mesmas e com a possibilidade de o participante desistir a qualquer momento.

POTENCIAIS BENEFÍCIOS OU RISCOS

A participação no estudo envolve a realização de entrevistas que podem despertar emoções ligadas a experiências pessoais, representando um risco psicológico. No entanto, serão tomadas todas as medidas de precaução, incluindo apoio imediato em caso de desconforto. Não há riscos legais, sociais ou financeiros, pois a confidencialidade dos dados será garantida. Como benefício, os participantes contribuem para o avanço do conhecimento no serviço social, ajudando a melhorar práticas profissionais e a promover intervenções mais eficazes e adaptadas às necessidades da população.

TRATAMENTO DE DADOS

O tratamento dos dados recolhidos garante o anonimato dos participantes, sendo que em nenhum momento será feito qualquer tipo de utilização que permita a identificação dos mesmos. A investigadora responsável pela pesquisa assegura que a publicação da tese, quer direta ou indiretamente, não resultará em qualquer violação do anonimato ou da confidencialidade acordada com os participantes.

A recolha e análise dos dados serão integradas numa dissertação de mestrado, que será disponibilizada publicamente no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, para consulta em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/4827>.

A dissertação não conterá quaisquer dados pessoais que possam, direta ou indiretamente, identificar qualquer pessoa singular ou organização.

CONFIDENCIALIDADE

As informações pessoais dos participantes serão mantidas confidenciais e só divulgadas com consentimento prévio. Os dados serão armazenados de forma segura, em conformidade com a legislação portuguesa e europeia de proteção de dados, num computador pessoal protegido por código, com acesso restrito à investigadora e à sua orientadora.

RECUSA EM PARTICIPAR

A participação neste estudo é completamente voluntária. Caso decida participar, tem total liberdade para desistir a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer consequência. Além disso, pode recusar-se a responder a qualquer pergunta.

Pode, de igual modo e a qualquer momento, solicitar que os dados recolhidos sejam imediatamente eliminados.

COMISSÃO DE ÉTICA

O projeto de pesquisa foi submetido à Comissão de Ética do Instituto Superior de Serviço Social do Porto tendo sido aprovado com o nº 72/2025.